

PoMuC

Programa Políticas sobre Mudança do Clima

Produto elaborado para:

Ministério do Meio Ambiente
Cooperação Alemã para o
Desenvolvimento

Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ)
GmbH

Desenvolvimento de metodologia para avaliação de Salvaguardas de REDD+



Elaborado por:

GRUPO NSC
Natureza,
Sociedade e
Conservação

Camila Pianca

Carlos Eduardo Marinelli

Cinthyá Rejane de Jesus Cordova

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Desenvolvimento de metodologia para avaliação de Salvaguardas de REDD+

Produto Elaborado para:
Ministério do Meio Ambiente
Cooperação Alemã para o Desenvolvimento
Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Elaborado por: Grupo Natureza, Sociedade e Conservação
Autores: Camila Pianca
Carlos Eduardo Marinelli
Cinthya Rejane de Jesus Cordova

Esse documento foi elaborado no âmbito do projeto PoMuC, resultado de uma articulação bilateral entre os Governos do Brasil e da Alemanha, no contexto da Iniciativa Internacional sobre Mudança do Clima (IKI) do Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), o PoMuC é coordenado pelo Ministério brasileiro de Meio Ambiente (MMA) e envolve diretamente o Ministério da Fazenda (MF) e outros parceiros institucionais, e conta com o apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, agência executora da cooperação técnica alemã.

Coordenação: Monique Ferreira (MMA)
Leandra Fatorelli (GIZ)

Janeiro de 2019

Informações Legais

1. Todas as indicações, dados e resultados deste estudo foram compilados e cuidadosamente revisados pelo(s) autor(es). No entanto, erros com relação ao conteúdo não podem ser evitados. Conseqüentemente, nem a GIZ, nem o Ministério do Meio Ambiente, nem o Ministério da Fazenda ou o(s) autor(es) podem ser responsabilizados por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo direto ou indireto resultante do uso ou confiança depositada sobre as informações contidas neste estudo, ou direta ou indiretamente resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações neste estudo.
2. Os resultados, as interpretações, as recomendações, as estimativas e as conclusões expressas neste estudo são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião da GIZ, do Ministério do Meio Ambiente ou do Ministério da Fazenda, a depender do Ministério responsável pela solicitação do produto. Nesse sentido, a GIZ, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Fazenda se eximem de responsabilidade de implementar quaisquer dos resultados, interpretações, recomendações, estimativas ou conclusões contidas neste estudo.
3. A duplicação ou reprodução de todo ou partes do estudo (incluindo a transferência de dados para sistemas de armazenamento de mídia) e distribuição para fins não comerciais é permitida, desde que a GIZ, o Ministério do Meio Ambiente e/ou o Ministério da Fazenda sejam citados como fonte da informação, a depender do Ministério responsável pela solicitação do produto. Para outros usos comerciais, incluindo duplicação, reprodução ou distribuição de todo ou partes deste estudo, é necessário o consentimento escrito da GIZ, além da citação como fonte de informação a GIZ, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Fazenda, a depender do Ministério responsável pela solicitação do produto.



DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS SALVAGUARDAS DE REDD+

RELATÓRIO SÍNTESE DOS RESULTADOS

OFICINA 5 – MÉTRICAS PARA INDICADORES DE SALVAGUARDAS DE REDD+ (Brasília - DF, 31/07, 01 e 02/08)

Brasília, 31 de julho a 02 de agosto de 2018



Equipe de condução - Grupo NSC

Camila Pianca – Consultora (supervisão técnica e elaboração do relatório)

Carlos Eduardo Marinelli – Consultor (metodologia e facilitação)

Cinthyá Rejane de Jesus Cordova – Consultora (apoio e relatoria das oficinas)

Este documento é fruto do processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação das Salvaguardas de REDD+. O processo de construção de metodologia de avaliação e de indicadores do SISREDD+ é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, cooperação técnica alemã, por meio do Programa de Políticas para Mudanças do Clima – PoMuC.

No âmbito deste processo o Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC) atua como consultoria especializada em sistemas de indicadores para o SISREDD+. Fundado em 2012, o Grupo NSC é comprometido em trabalhar as relações entre a natureza e a sociedade por meio do desenvolvimento e análise de sistemas de informação e indicadores socioambientais adotando métodos participativos e colaborativos. Para isso, o NSC valoriza a integração de diferentes formas de conhecimento com vistas ao empoderamento de grupos e organizações envolvidas na governança de projetos, programas e políticas socioambientais, em busca de um desenvolvimento local mais justo e democrático.

A construção da metodologia de avaliação e de indicadores do SISREDD+ contou ainda com a supervisão da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salvaguardas), que desenvolveu a conceitualização das Salvaguardas de Cancun para o contexto brasileiro e diretrizes para o estabelecimento de uma instância de participação permanente sobre salvaguardas sob a Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+), considerados referências fundamentais para metodologia de avaliação das salvaguardas brasileiras de REDD+ e do futuro desenvolvimento da ferramenta computacional do SISREDD+.

Para citar esse documento: Pianca, C.C.; Marinelli, C.E. e Cordova, C.R.J (2018). Métricas para indicadores de salvaguardas de REDD+. Desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+ do Brasil. Relatório. Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC), Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (DPCD/MMA) e Cooperação Técnica Alemã (GIZ). Brasília. 78p.

LISTA DE SIGLAS

1. **APIB:** Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
2. **BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
3. **CDB:** Convenção sobre Diversidade Biológica
4. **CIMI:** Conselho Indigenista Missionário
5. **CCT-Salv:** Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas
6. **COIAB:** Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
7. **CONAREDD+:** Comissão Nacional para REDD+
8. **COP CLIMA:** Conferência das Partes do Clima
9. **CPI-SP:** Comissão Pró-Índio de São Paulo
10. **DECO:** Departamento de Conservação de Ecossistemas
11. **ENREDD+:** Estratégia Nacional de REDD+ ENREDD+
12. **FINATEC:** Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
13. **GIZ:** Agência de Cooperação Técnica Alemã
14. **Grupo NSC:** Grupo Natureza, Sociedade e Conservação
15. **ICMBio:** Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
16. **IBAMA:** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
17. **ICV:** Instituto Centro da Vida
18. **INPE:** Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
19. **IMAFLORA:** Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
20. **IMC-AC:** Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre
21. **MF:** Ministério da Fazenda
22. **MMA:** Ministério do Meio Ambiente
23. **MPF:** Ministério Público Federal
24. **MCTIC:** Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
25. **MRE:** Ministério da Relações Exteriores
26. **PMFSFeC:** Plano de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
27. **PoMuC:** Programa de Políticas para Mudanças do Clima
28. **PROCAM – USP:** Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo
29. **REDD+:** Redução das Emissões Provenientes por Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal
30. **SFB:** Serviço Florestal Brasileiro
31. **SISREDD+:** Sistema de Informação sobre como as Salvaguardas de Cancun
32. **UEA:** Universidade Estadual do Amazonas
33. **UNFCCC:** Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+	9
Figura 2. Perfil do público da oficina. Fonte: NSC.....	11
Figura 3. Mesa de abertura da Oficina de Brasília – DF. Fonte: NSC	12
Figura 4. Roda de conversa sobre o resultados e avanços do processo. Fonte: NSC.....	15
Figura 5. Roda de conversa sobre sistemas de monitoramento e avaliação. Fonte: NSC.....	17
Figura 6. Grupo de trabalho multissetorial para construção das métricas dos indicadores	18
Figura 7. Grupo de trabalho multissetorial para construção das métricas dos indicadores	19
Figura 8. Público da oficina de Brasília para construção das métricas dos indicadores.....	20
Figura 9. Insumos para um modelo conceitual de estruturação para o SISREDD+.	77
Figura 10. Insumos para um modelo conceitual de funcionamento para o SISREDD+	78
Figura 11. Insumos para um modelo conceitual de usos e aplicação para o SISREDD+	79

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Quadro de indicadores da salvaguarda A com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.....	23
Tabela 2. Quadro de indicadores da salvaguarda B com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.....	27
Tabela 3. Quadro de indicadores da salvaguarda C com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.....	33
Tabela 4. Quadro de indicadores da salvaguarda D com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.....	43
Tabela 5. Quadro de indicadores da salvaguarda E com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.....	50
Tabela 6. Quadro de indicadores da salvaguarda F com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.....	55
Tabela 7. Quadro de indicadores da salvaguarda G com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.....	66

SUMÁRIO

1.	CONTEXTO	7
2.	DATA, LOCAL DA OFICINA E PÚBLICO:	9
3.	OBJETIVOS DA OFICINA	9
4.	PROGRAMAÇÃO	9
5.	PERFIL DO PÚBLICO DA OFICINA.....	11
6.	PRIMEIRO DIA – INTEGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES, ABERTURA E APRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS ..12	
6.1.	PALESTRA 1. DE REDD+ AOS OBJETIVOS DO SISREDD+	13
6.2.	RODA DE CONVERSA 1 - PROCESSO, RESULTADOS E AVANÇOS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DAS SALVAGUARDAS DE REDD+ E A OFICINA DE BSB. 14	
6.3.	RODA DE CONVERSA 2 - APRENDIZADOS E DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	15
7.	SEGUNDO DIA – ATIVIDADES NOS GRUPOS DE TRABALHO	17
7.1.	ATIVIDADE 1 - CONSTRUÇÃO DAS MÉTRICAS PARA OS INDICADORES	17
7.2.	ATIVIDADE 2 – COLHEITA DE INSUMOS PARA O MODELO CONCEITUAL DO SISREDD+	19
8.	BALANÇO DO EVENTO E ENCERRAMENTO	20
9.	LISTA DE PARTICIPANTES	21
10.	INDICADORES DE SALVAGUARDAS DE REDD+: RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO DA OFICINA DE BRASÍLIA	23
11.	INSUMOS PARA OS MODELOS CONCEITUAIS DO SISREDD+: RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO DA OFICINA DE BRASÍLIA	77

RELATÓRIO DA OFICINA

1. CONTEXTO

REDD+ (Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal) é um instrumento econômico desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para incentivar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados no combate ao desmatamento e à degradação florestal e na promoção do aumento de cobertura florestal.

A decisão 1/CP. 16 da UNFCCC estabelece que, ao implementar atividades de REDD+, os países que desejam compensação financeira devem adotar as seguintes salvaguardas, conhecidas como Salvaguardas de Cancun¹:

- (a) Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- (b) Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- (c) Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- (d) Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos e desta decisão;
- (e) Que as ações sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo desta decisão não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais;
- (f) Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+;
- (g) Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

A mesma decisão 1/CP. 16 da UNFCCC também estabelece, como um dos requisitos para que um país em desenvolvimento se torne apto a receber pagamentos por resultados de REDD+, o desenvolvimento de um Sistema de Informação sobre como as Salvaguardas de Cancun são Consideradas e Respeitadas (SISREDD+) durante a implementação de ações de REDD+. Esse sistema deve, conforme Decisão 2/CP. 17 da UNFCCC: i) informar de maneira transparente e acessível todas as partes interessadas; ii) ser flexível para permitir o seu aprimoramento ao longo do tempo; iii) oferecer informações sobre todas as salvaguardas; iv) ser desenvolvido de forma autônoma pelo país; e v) aproveitar-se dos sistemas de informação existentes.

No Brasil, o desenvolvimento do SISREDD+ está previsto na Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) na linha de ação de Coordenação de Políticas Públicas de Mudança do Clima, Biodiversidade e Florestas, incluindo Salvaguardas. A abordagem adotada pelo Governo brasileiro para a concepção de um sistema de informação de salvaguardas compreende o arranjo de governança, o processo de contextualização nacional das

¹ Salvaguardas de Cancun (<http://redd.mma.gov.br/pt/salvaguardas>)

salvaguardas, a proposta conceitual e metodológica de avaliação das salvaguardas nacionais, o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica e mecanismos de ouvidoria, ambos pautados no princípio de integração de sistemas/arranjos já existentes. De maneira geral, o SISREDD+ deverá servir de meios para se monitorar o respeito e o cumprimento das salvaguardas de Cancún nas ações empreendidas no âmbito da ENREDD+, prover maior transparência das mesmas para a sociedade brasileira e internacional, além de subsidiar o Sumário de Informação sobre Salvaguardas de REDD+ no Brasil².

O processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação de Salvaguardas de REDD+ para o SISREDD+ teve início em novembro de 2017 e se estenderá até julho de 2019. As etapas principais deste processo são: 1. Estabelecimento dos requisitos do SISREDD+; 2. Desenvolvimento de indicadores para avaliação das salvaguardas de REDD+; e 3. Elaboração do documento conceitual da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+. Este processo está baseado em oficinas regionais multissetoriais e já foram realizadas 5: nos estados do Acre (27/02-01/03/2018), Mato Grosso (09/04-11/04/2018), Pará (02/05-04/05/2018), Minas Gerais (04/06-06/06/2018) e no Distrito Federal (31/07-02/08/2018). Cada uma das oficinas possuía objetivos, públicos e resultados específicos a serem alcançados, de acordo com as etapas de desenvolvimento do SISREDD+.

A oficina do Acre possibilitou a proposição de um conjunto de pré-requisitos do SISREDD+. Aqueles que foram validados pela CCT-Salvaguardas passam a ser referência para os trabalhos nas quatro oficinas posteriores (oficina 2-MT, 3-PA, 4-MG e 5-DF) e serviram de subsídios à priorização, decisão e conteúdo de consulta para orientar a construção dos indicadores.

Com os resultados obtidos em cada oficina subsidiando as oficinas subsequentes e de forma cumulativa, espera-se que este processo tenha promovido a complementaridade geográfica, identificação de necessidades comuns, integração de saberes e conhecimentos. Espera-se também que tenha minimizado a sobreposição de esforços, sem restringir possibilidades de aprimoramentos dos resultados obtidos ao longo das oficinas.

A figura abaixo ilustra o processo de Desenvolvimento da Metodologia de Avaliação das Salvaguardas de REDD+, com destaque para etapa atual (tracejada) de seu desenvolvimento. O processo de construção de metodologia de avaliação e de indicadores do SISREDD+ é conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente, com apoio técnico do Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC) e financeiro do Programa de Políticas para Mudanças do Clima – PoMuC (Cooperação Técnica Alemã – GIZ) , e supervisão da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salvaguardas).

² Documento produzido anualmente pelo Brasil para informar como as salvaguardas estão sendo implementadas nas atividades de REDD+ (http://redd.mma.gov.br/images/salvaguardas/2sumariosalvaguardas_20170904.pdf).

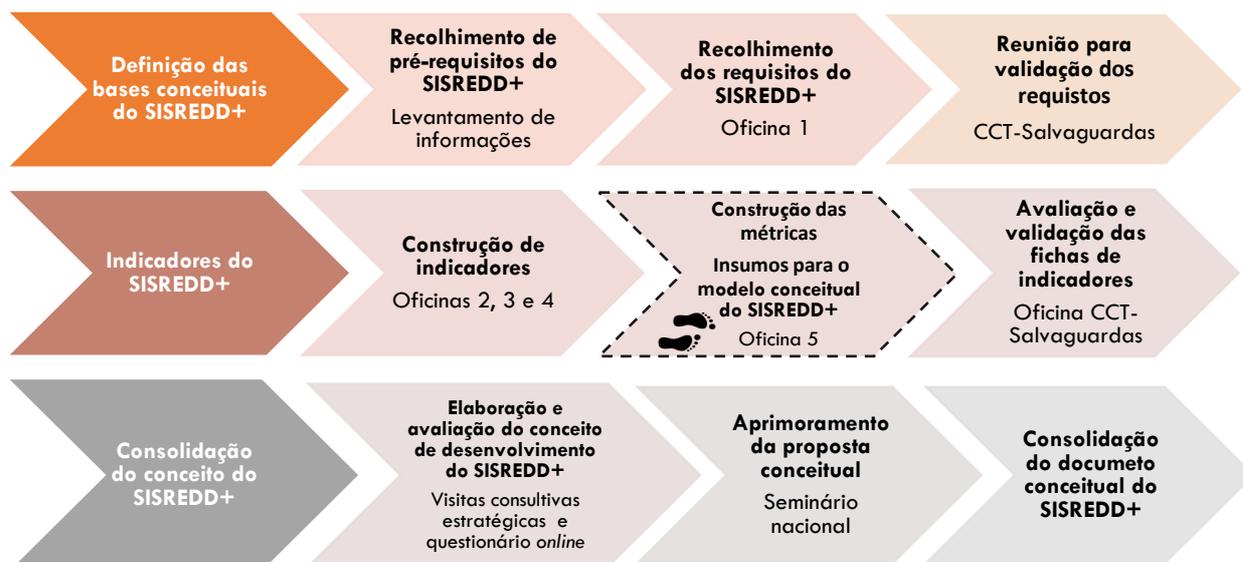


Figura 1. Processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+

A oficina de Brasília foi a quinta atividade participativa e a primeira da etapa de estabelecimento de parâmetros para avaliação dos indicadores construídos nas oficinas anteriores (Mato Grosso, Pará e Minas Gerais).

Os participantes da oficina de Brasília receberam um total de 114 indicadores (abrangendo as sete salvaguardas) de diferentes temas e um conjunto de requisitos para construção das métricas de avaliação do SISREDD+.

2. DATA, LOCAL DA OFICINA E PÚBLICO:

31/07 a 02/08/2018 – Brasília – Distrito Federal. Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec).

A oficina teve participação de um grupo constituído de 63 participantes, representando 42 organizações oriundas de 11 estados brasileiros.

3. OBJETIVOS DA OFICINA

1. Proposição de métricas (variáveis e forma de cálculo), fontes e disponibilidade de dados para medir os indicadores.
2. Debate e colheita de visões sobre a proposta conceitual preliminar do SISREDD+.

4. PROGRAMAÇÃO

No dia anterior à abertura oficial da oficina foi realizada uma atividade voltada para integração dos representantes dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar para a apropriação dos conceitos que seriam abordados na oficina. Esta atividade foi organizada e conduzida pelos representantes desses segmentos da sociedade, com o apoio de um representante do Ministério do Meio Ambiente (Alexandre Avelino) e do Grupo NSC (Carlos Eduardo Marinelli) para esclarecimentos de dúvidas. A proposta desta

atividade tem o objetivo de preparar os representantes para uma participação ativa, onde suas reflexões e demandas são colocadas em busca da sinergia de objetivos e posicionamentos, respeitando as diferentes formas de saber.

31/07. INÍCIO DA OFICINA - Boas Vindas e Mesa de abertura

- *Jair Schmitt (Diretor do DFCD/ MMA)*
- *Luiz de Andrade Filho (MRE/Coordenador da CCT-Salv / CONAREDD+)*
- *Elcio Manchineri (APIB/COIAB e CONAREDD+)*

- Palestra e debates. De REDD+ aos objetivos do SISREDD+. Monique Ferreira, Coord. Geral de Transparência e Financiamento para Florestas (DFCD/MMA)

- Roda de Conversa. Processo, Resultados e Avanços ao longo das oficinas de Desenvolvimento da Metodologia para Avaliação das Salvaguardas de REDD+ e a Oficina de BSB. Leitura e reflexões na visão dos diferentes segmentos da sociedade envolvidos.
 - *Camila Pianca (Grupo NSC)*
 - *Luiza Muccillo (PROCAM-Universidade de São Paulo)*
 - *Regina Carvalho (Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá)*
 - *Janete dos Santos Oliveira (Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas)*
 - *Larissa Parker (Terra de Direitos e Grupo Carta de Belém)*

- Roda de Conversa. Aprendizados e desafios da construção e implementação de sistemas de monitoramento e avaliação. Experiências de diferentes segmentos sobre iniciativas de monitoramento e avaliação de indicadores. Moderação: Carlos Eduardo Marinelli (Grupo NSC)
 - *Magaly Medeiros – Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais do Acre (IMC-AC). Indicadores de Salvaguardas de REDD+ do estado do Acre.*
 - *Iona'i Ossami Moura – Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO-SBio-Ministério do Meio Ambiente). Indicadores nacionais que utilizam dados e informações de diferentes setores da sociedade: os indicadores para a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).*
 - *Patrícia Cota Gomes – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Indicadores de impacto do Origens Brasil: monitoramento e avaliação de dados primários de territórios e populações.*
 - *Ângela Skaf – Fundo Amazônia (BNDES). O sistema de monitoramento e avaliação dos resultados do Fundo Amazônia: uma abordagem de indicadores regionais para Amazônia brasileira.*

01/08. CONSTRUÇÃO DE MÉTRICAS PARA INDICADORES

- Palestra. Orientações para construção de métricas para indicadores (Carlos Eduardo Marinelli - Grupo NSC) e atividades em grupos de trabalho.

02/08. CONTINUAÇÃO DAS ATIVIDADES EM GRUPOS, BALANÇO E ENCERRAMENTO

- Palestra. Orientações para colheita de insumos para o modelo conceitual para o SISREDD+ e atividades em grupos de trabalho.

6. PRIMEIRO DIA – INTEGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES, ABERTURA E APRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

No primeiro dia da oficina houve a abertura do evento com participação de todo o público da oficina. A mesa de abertura foi composta por representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas (CCT-Salvaguardas).

Elcio Manchineri, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COIAB), e membro da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), ressaltou a importância de se participar das discussões do SISREDD+ para os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Colocou que apesar de o número de participantes desses segmentos ser relativamente pequeno, eles estão bem representados em termos de influência e de participação nos debates que compõem o processo. Além disso, fez um pedido para ampliação dos debates, com a realização de mais três oficinas regionais para levar maior conhecimento sobre os documentos do SISREDD+ para a base. Por fim, falou que espera que os indicadores realmente venham ajudar essas comunidades a monitorar os assuntos importantes para eles.

Luiz de Andrade Filho (Ministério das Relações Exteriores), Coordenador da Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas (CCT-Salvaguardas), expressou a satisfação de ter a participação social na Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) e na CCT-Salvaguardas, inclusive durante as discussões técnicas. Destacou o quão desafiador é construir indicadores de forma participativa envolvendo temas de áreas distintas e com termos novos que vêm com o REDD+. Também agradeceu ao MMA pelo protagonismo e perseverança no processo.

Jair Schmitt (Ministério do Meio Ambiente), Diretor do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento, falou da oficina de Brasília como parte importante do processo de construção da metodologia de monitoramento das salvaguardas para o SISREDD+. Esse sistema levará informação para a UNFCCC, para os financiadores e para a sociedade brasileira. Destacou a importância da construção participativa dos indicadores e o diálogo sobre salvaguardas que esse processo proporcionou. Acrescentou que apesar da redução de 70% do desmatamento nos últimos três anos, os números ainda pedem grandes esforços do governo nessa parte. Por fim, agradeceu a todos os participantes e a equipe de organização das oficinas.



Figura 3. Mesa de abertura da Oficina de Brasília – DF. Fonte: NSC

6.1. Palestra 1. De REDD+ aos objetivos do SISREDD+

(Monique Ferreira, Coord. Geral de Transparência e Financiamento para Florestas, Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)

No início foi explicado o surgimento de REDD+ no contexto internacional diante do entendimento da importância da conservação da floresta para a mitigação das mudanças do clima. Para isso, o Brasil desenvolveu sua Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+), que através de três linhas de ação busca alcançar as metas definidas na Convenção do Clima de redução do desmatamento e degradação florestal. A partir disso, os passos e processos para a comprovação do pagamento por resultados de redução do desmatamento e distribuição dos benefícios foram apresentados a plenária. Ressaltou-se que não existe um orçamento global para REDD+ e cabe aos países uma busca ativa por recursos dos doadores, através da comprovação desses resultados.

Foi explicada a estrutura de governança do REDD+ em âmbito federal composta pela Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+). Dentro dessa estrutura foi destacada a Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas (CCT-Salvaguardas) que tem o papel de direcionar as discussões sobre as Salvaguardas de Cancun. Essas salvaguardas funcionam como diretrizes definidas para potencializar impactos positivos e minimizar os possíveis impactos negativos das políticas de REDD+. Além disso, elas representam um esforço para a garantia de direitos e para abordar questões sensíveis que podem surgir na implementação de REDD+.

Ressaltou o esforço nacional para apropriação das salvaguardas de Cancun de acordo com o contexto brasileiro, considerando a realidade de diversidade ambiental, social e étnica do país. Explicou a necessidade do desenvolvimento de uma metodologia de avaliação das Salvaguardas para o Sistema de Informação sobre Salvaguardas (SISREDD+). Foi lembrado que esse processo não envolve apenas a construção de uma ferramenta computacional, mas um método de monitoramento e avaliação das salvaguardas e de ouvidoria.

O processo partiu da definição de princípios, requisitos e alvos de monitoramento elaborados na Oficina do Acre, para os quais foram propostos indicadores nas oficinas de Mato Grosso, Pará e Minas Gerais. O objetivo da oficina de Brasília é trabalhar sobre os indicadores aprimorados pela equipe técnica e validados pela CCT-Salv e definir as formas de se medir esses indicadores e suas fontes de informação. O processo de construção dos indicadores será finalizado no Seminário Nacional.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Definição da frequência de avaliação dos indicadores e periodicidade de busca dos dados.
- Programas e instituições que geram dados, a exemplo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que produz dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal em tempo real.;
- Esforço, durante a consolidação, em diminuir a quantidade de indicadores sem perder informações, visando uma maior eficiência e simplicidade do sistema para que ele se sustente a longo prazo;
- Priorização de indicadores que já possuam dados para a primeira versão do SISREDD+ e avaliações e aprimoramentos periódicos do sistema, onde outros indicadores poderão ser considerados.

6.2. Roda de Conversa 1 - Processo, Resultados e Avanços do processo de Desenvolvimento da Metodologia para Avaliação das Salvaguardas de REDD+ e a Oficina de BSB.

A roda de conversa contou com um representante da academia, da gestão pública, de povo tradicional e da consultora do Grupo NSC para exposição de suas perspectivas sobre o processo de construção do sistema de avaliação das salvaguardas de REDD+ no contexto atual.

A Roda de conversa foi aberta com uma apresentação de Camila Pianca do Grupo NSC que relatou o caminho percorrido até o momento no processo colaborativo de construção da metodologia de avaliação das salvaguardas, o público envolvido, os desafios e avanços na mobilização de setores da sociedade civil, os aprimoramentos realizados nas atividades participativas, nos requisitos do SISREDD+ e indicadores propostos durante as oficinas regionais, além disso apresentou os objetivos da oficina de Brasília e os próximos passos.

Larissa Packer (Terra de Direitos/Carta de Belém), representante do movimento Carta de Belém, destacou o olhar dos indicadores com objetivo de avaliar o cumprimento dos direitos básicos de existência de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais. A base conceitual desses direitos são os marcos conquistados por essas comunidades como convenções, tratados e legislação vigente. Assim, colocou uma interpretação das salvaguardas como afirmação dos direitos humanos.

Regina Carvalho (Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá), representante da gestão pública estadual, apontou a importância de se conhecer o ponto de vista das comunidades e de inseri-los na tomada de decisão e na formulação de projetos dentro do governo. Também destacou a necessidade de se respeitar o que é defendido nas salvaguardas em outras políticas públicas ambientais.

Luiza Muccillo (PROCAM-Universidade de São Paulo), doutoranda, enfatizou a importância do conhecimento tradicional trazido para as discussões durante as oficinas e como essa participação gera mais base para produção científica, proporcionando uma integração de saberes. Destacou ainda que se deve olhar indicadores que possam avaliar se a repartição de benefícios está promovendo o acesso a todos, em especial povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, aos recursos de pagamentos por resultados.

Janete dos Santos Oliveira (Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas), representante de povo e comunidade tradicional, descreveu o crescimento de todos os participantes em relação ao conhecimento sobre REDD+ e sobre as salvaguardas. E destacou que os indicadores das políticas públicas para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares devem trazer visibilidade para as comunidades.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Conceito de repartição de benefícios definido pela CONAREDD+ e resoluções da CCT- Captação e Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis é diferente do que é definido para a Convenção da Biodiversidade;
- O sistema para além da plataforma virtual, com base em um sistema computacional. Deve-se investir em governança local, estadual e federal para que os direitos das

comunidades sejam realmente representados e defendidos, com capilaridade, e não se torne apenas um *'check list'* para os doadores.

- Importância da desburocratização do Fundo Amazônia para que os recursos da redução do desmatamento cheguem nos seus reais beneficiários;
- Indicadores tidos como chave: acesso direto aos recursos de REDD+; efetividade no uso de recursos para fins das linhas de REDD+; e cumprimento de acordos/políticas internacionais e nacionais.



Figura 4. Roda de conversa sobre o resultados e avanços do processo. Fonte: NSC

6.3. Roda de Conversa 2 - Aprendizados e desafios da construção e implementação de sistemas de monitoramento e avaliação

No período da tarde foi realizada a segunda roda de conversa sobre experiências com outros sistemas de monitoramento e avaliação de indicadores.

Para abrir a roda foi apresentado um vídeo gravado pela convidada Patrícia Cota Gomes do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) que apresentou os desafios e aprendizados do trabalho com os indicadores de impacto da plataforma Origens Brasil, uma iniciativa de valorização da sociobiodiversidade e de conexão entre produtores do Xingu e consumidores. Patrícia ainda destacou a importância de testes pilotos para refinamento dos indicadores e da rede de parceiros do Origens para o desenvolvimento do monitoramento.

Ionai Ossami Moura do Departamento de Conservação de Ecossistemas do Ministério do Meio Ambiente (DECO/MMA), colocou as experiências a partir dos indicadores construídos para se monitorar a evolução do cumprimento das Metas de Aichi estabelecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), destacou o longo processo de aprimoramento dos indicadores e que algumas metas ainda estão descobertas.

Ângela Skaf, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), falou sobre o monitoramento do Fundo Amazônia (fundo nacional que capta doações para

ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e uso sustentável da Amazônia Legal), onde apresentou alguns resultados dos indicadores utilizados para o relatório anual do Fundo Amazônia.

Magaly Medeiros, do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (IMC-AC), relatou os aprendizados do estado do Acre na construção dos indicadores das Salvaguardas de REDD+ no âmbito do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA) que tem por objetivo gerar e valorizar ativos florestais.

Dentre os desafios citados pelos participantes da roda estão o uso de indicadores qualitativos e a coleta de dados primários que demandam maior esforço e podem não gerar resultados imediatos. Por outro lado, como colocado pela representante do Fundo Amazônia, a coleta de dados secundários também apresenta suas dificuldades como a disponibilização e atualização desses dados. Por isso, indicou-se priorizar indicadores de fácil obtenção, como em sites abertos ou com outros sistemas já existentes e, quando necessário e possível, estabelecer parcerias formais com as instituições fornecedoras dos dados.

Além disso, o processo participativo pode parecer desafiador, mas traz melhores resultados. Para que o sistema tenha sucesso é preciso capacitação da instituição, garantia do protagonismo dos atores e da capilaridade (retorno real de informações e benefícios para a ponta). Segundo a representante do Imaflores é importante monitorar indicadores de impacto, avaliar a percepção dos beneficiários sobre os incentivos e os impactos desses incentivos.

Outro ponto levantado foi a importância do aprimoramento da transparência e da comunicação, tanto entre os integrantes do sistema, como com a comunidade/beneficiários e com os doadores/financiadores. Segundo representante do IMC-AC deve-se ter atenção ainda para a metodologia e linguagem utilizadas com os diferentes atores sociais para passar a devida informação sem gerar confusão. O fortalecimento da governança do processo também foi destacado para que este se mantenha a longo prazo. Para isso, indicou-se o envolvimento de representantes das comunidades e da alta direção das instituições participantes.

Por fim, ressaltou-se a necessidade de um sistema integrado de monitoramento e avaliação para aperfeiçoamento dos indicadores. Assim, se formaria um plano de avaliação do sistema visando o acompanhamento e ajuste do que for necessário, como por exemplo a cobertura das salvaguardas, a linguagem usada para disponibilização dos dados e, inclusive, da própria avaliação, podendo envolver consulta ao público do SISREDD+.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Adequação dos editais do Fundo Amazônia à realidade das comunidades da ponta, visando a melhoria da comunicação entre os financiadores, o banco e os beneficiários;
- Os desafios para a participação dos povos e comunidades tradicionais: custo, tempo, esforço para engajamento no tema, participação qualificada e representação regional. Reconheceu-se a importância da participação desses grupos nas discussões, mas

ponderou-se a participação de representantes de grupos não elegíveis para obter os benefícios, o que não é coerente;

- Elementos do sistema e da qualidade dos dados e capacidade de implementação como definidores do número de indicadores de um sistema. No caso do SISREDD+ o objetivo é ter o suficiente para a cobertura das sete salvaguardas.



Figura 5. Roda de conversa sobre sistemas de monitoramento e avaliação. Fonte: NSC

7. SEGUNDO DIA – ATIVIDADES NOS GRUPOS DE TRABALHO

7.1. ATIVIDADE 1 - CONSTRUÇÃO DAS MÉTRICAS PARA OS INDICADORES

Os participantes foram distribuídos em grupos temáticos de acordo com sua área de interesse, experiência ou atuação para que fossem construídas métricas para os indicadores. O conjunto de indicadores a serem trabalhados foram divididos em cinco temas/grupos de trabalho. Os participantes debateram as formas de medir dos indicadores (mensuração) de acordo com perguntas orientadoras preparadas pela equipe técnica. A divisão dos grupos conforme os temas ficaram assim:

- Capacitação (indicadores sobre apoio, oportunidades, públicos relacionados) e Participação (indicadores sobre espaços, decisões e públicos relacionados ao tema) - Facilitadora: Camila
- Fiscalização e Monitoramento do desmatamento e degradação (indicadores sobre esses temas) - Facilitadora: Roberta
- Destinação de Recursos (indicadores sobre fomento, orçamento, uso, captação e incentivos relacionados ao tema) – Facilitador: Hobert

- REDD+ (indicadores sobre políticas públicas de REDD+ e Ouvidoria, que inclui funcionamento, resultados, efetividade e usuários relacionados ao tema) - Facilitadora: Raquel
- Respeito aos direitos (inclui ações, acordos, consultas, políticas, processos relacionados ao tema) e Repartição de Benefícios (inclui acesso e efetividade relacionados ao tema) - Facilitadora: Renata

Durante as oficinas regionais os participantes haviam proposto para cada indicador: sua **descrição** (do que se trata o indicador, podendo ser desde um conceito até detalhamento), **cobertura** (o que será considerado, seu recorte), **frequência de avaliação** (a cada quanto tempo será avaliado, não é a frequência de coleta de dados, e sim de avaliação) e **observações** (quaisquer informações relevantes para qualificar o indicador ou proposição de fontes ou forma de cálculo identificadas naquele momento). Os indicadores (236 inicialmente) passaram então por uma filtragem (qualificação) baseada nos requisitos do SISREDD+ com vistas à sua aprovação, ajuste ou exclusão do processo. O conjunto de indicadores resultante desse processo (114) foi, portanto, o ponto de partida da oficina de Brasília, com o objetivo de identificar ou construir suas métricas e fontes de dados.

Para este conjunto de 114 indicadores os participantes propuseram para cada um deles: sua **fórmula ou cálculo** (como o indicador será medido), **unidade ou formato** (qual será a unidade ou o formato de medida do indicador), **fonte ou origem dos dados** (de onde/ de quem virão os dados para medir o indicador), **abrangência dos dados** (em qual recorte ou escala esses dados serão gerados), **frequência dos dados** (a cada quanto tempo esses dados serão gerados), **acesso aos dados** (como esses dados serão acessados) e **desafio, fragilidade ou limitação do indicador** (possíveis dificuldades para se medir o indicador). Essa atividade completou e finalizou a etapa de construção dos indicadores das salvaguardas de REDD+ (Figura 1).



Figura 6. Grupo de trabalho multissetorial para construção das métricas dos indicadores



7.2. ATIVIDADE 2 – COLHEITA DE INSUMOS PARA O MODELO CONCEITUAL DO SISREDD+

A palestra orientadora feita por Carlos Eduardo Marinelli, do Grupo NSC, teve por objetivo apresentar conceitos, práticas e aplicações no uso de modelos conceituais para o SISREDD+. Foi colocado que esta abordagem contribui para demonstrar conhecimentos por

meio de esquemas que agregam comunicabilidade via representação de relações entre processos, agentes e objetos. Isso irá servir para subsidiar debates e apresentar propostas sobre diferentes aspectos aos processos envolvidos na dinâmica de implementação do SISREDD+.

A partir dessa palestra foi realizada uma atividade de elaboração de modelos conceituais que servirão de base para a definição do modelo conceitual do SISREDD+. Para isso os participantes foram distribuídos em três grupos com o objetivo de debater e representar processos, agentes e objetos relacionados entre si e importantes para as etapas de i) Estruturação, ii) Funcionamento e Usos e iii) Aplicações do SISREDD+.

A dinâmica foi realizada em um painel utilizando tarjetas para registros de agentes (instituições, atores, grupos, etc.), processos (sistematização, análises, divulgação, etc.) e objetos (informação, ferramentas, estruturas, etc.). Setas foram utilizadas para sinalizar relações entre os mesmos (quem/o que gera influência sobre quem/o que). Cada grupo trabalhou livremente, apenas com o apoio da equipe técnica para esclarecimento de dúvidas.



Figura 7. Grupo de trabalho multisetorial para construção das métricas dos indicadores

8. BALANÇO DO EVENTO E ENCERRAMENTO

Os objetivos de definição das métricas e de construção dos modelos planejados para esta etapa foram alcançados. A ideia agora é fazer das informações colhidas um sistema simples, mas que possa atender o monitoramento das salvaguardas para que o ele se mantenha a longo prazo e seja aprimorado diante dos aprendizados de cada etapa que será implementada.

Ficou claro pelos debates da oficina que a transparência e a participação social devem continuar como princípios da coordenação deste sistema, além da disponibilização de dados e informações em linguagem acessível e que a governança para as salvaguardas, como exercida pela CCT-Salvaguardas, seja um modelo que também possa ser aprimorado.

Foi lembrado que os recursos de REDD+ não são suficientes para resolver todos os problemas colocados nos debates, mas esses recursos devem ser utilizados para fazer a diferença nas áreas de implementação das iniciativas de REDD+. O sistema do SISREDD+ pode ajudar a direcionar melhor os investimentos dos recursos e trazer melhorias neste sentido, mas seu foco deve ser o monitoramento de como as salvaguardas estão sendo consideradas e respeitadas nas políticas e programas de REDD+.

Em relação aos indicadores, os debates evidenciaram que o foco deve estar em informações que atendam também às necessidades das comunidades, populações e organizações sociais locais e que reportem seus assuntos de interesse, principalmente em relação ao respeito aos direitos e territórios. Além disso, que o sistema não seja apenas uma lista de tarefas (*checklist*) para doadores, mas busque demonstrar como questões sensíveis estão sendo tratadas, a repartição e acesso aos recursos de REDD+ pelos beneficiários e regiões, a efetividade do uso dos recursos para fins de REDD+ e o cumprimento de acordos/políticas nacionais e internacionais, entre outros. Também ficou claro a preocupação dos participantes que o sistema não se descaracterize quando for implementado, que respeite essa construção coletiva, mas que é preciso ter consciência e expectativas reais diante de aspectos como custo, esforço, recursos humanos, etc. Além disso, cuidar para que o sistema tenha indicadores com foco específico em salvaguardas de REDD+ e na transparência do processo.

Para o encerramento, foi colocado o agradecimento a todos os participantes e à equipe da organização, ao MMA, GIZ, membros da CCT-Salvaguardas pelos esforços na construção dos indicadores e métricas durante o processo participativo.



Figura 8. Público da oficina de Brasília para construção das métricas dos indicadores

9. LISTA DE PARTICIPANTES

	Nome	Instituição
1	Adriana Bayma	Ministério do Meio Ambiente (Sbio/MMA) - DF
2	Ailton Dias Santos	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) - DF
3	Alcilene Freitas	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA) - MT
4	Ana Luiza Assis	Ministério do Meio Ambiente (Sbio/MMA) - DF
5	Ângela Skaf	Fundo Amazônia/ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - RJ
6	Bernardo von Haehling Braune	Fundo Amazônia/ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - DF
7	Bernarhd Smid	Instituto Capital Natural da Amazônia (ICNA) - DF
8	Camila Monteiro Braga de Oliveira	Associação de Manejadores de Recursos Florestais do Acre (Assimanejo) - AC
9	Carmo Thum	Associação Pomeranos do Sul - RS
10	Carolina Souza Dias Guyot	Plataforma Indicar/ Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) - DF
11	Clarissa Costalonga e Gandour	Climate Policy Initiative/ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - RJ
12	Cláudia Regina Sala de Pinho	Rede Comunidades Tradicionais Pantaneiras - MT
13	Crisanto Rudzö	Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT) - MT
14	Dalton Valeriano	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - SP
15	Denizia Cruz	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) - AL
16	Deroni Mendes	Instituto Centro de Vida (ICV) - MT
17	Edna Marajoara	Liderança Extrativista conselheira CNPCT - PA
18	Eduardo Valente Canina	World Wildlife Fund (WWF-Brasil)
19	Elcio Manchineri	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB/COIAB) - AC
20	Eliseu da Silva	Quilombo Urbano de Capão do Negro - MT
21	Felipe Pereira Jucá	Nova Cartografia Social da Amazônia / Universidade do Estado do Amazonas (UEA) - AM
22	George Porto Ferreira	Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (CENIMA/IBAMA) - DF
23	Govinda Terra	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) - DF
24	Henrique Pereira	Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - AM
25	Ivo Cípio Aurelino	Conselho Indígena de Roraima (CIR)- RR
26	Jacobson Rodrigues	Ministério do Meio Ambiente (DEX/MMA) - DF
27	Jair Schimitt	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA) - DF
28	Janete dos Santos Oliveira	Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas - PA
29	Janio de Aquino	Ministério do Meio Ambiente (MMA) - DF
30	Jaqueline Homobono Nobre	Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF-AP) - AP
31	Keila Juarez	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SiBBR/MCTIC) - DF
32	Larissa Ambrosano Packer	Grupo Carta de Belém/ Terra de direitos - RJ
33	Leticia Tura	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Grupo Carta de Belém - PA
34	Lívia Borges	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA) - DF
35	Luciana Lopes	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) - DF
36	Luiz De Andrade Filho	Ministério das Relações Exteriores - DF

37	Luiza Muccillo	Pós-Graduação em Ciência Ambiental/ USP (PROCAM – USP) - SP
38	Magaly Medeiros	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC - AC) - AC
39	Maira Smith	Ministério do Meio Ambiente (Sbio/MMA) - DF
40	Marcia Catarina David	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA) - DF
41	Marcia Franceschini	Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA) - DF
42	Marcus Oliveira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa - Cerrados) - DF
43	Maria Gertrudes de Oliveira	Programa Municípios Verdes (PMV) - PA
44	Maria Jocicleide Lima de Aguiar	Grupo de Trabalho Amazônico (REDE GTA) - AC
45	Mário Nicácio	Conselho Indígena de Roraima (CIR); Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas (CG-PNGATI) - RR
46	Mônica Leal	Earth Innovation Institute (EII) - AC
47	Monika Roper	Consultor independente - DF
48	Nara Pantoja	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA) - DF
49	Natália Von Gal	Ministério do Meio Ambiente (SMCF/MMA) - DF
50	Nathali Germano	Fundação Nacional do Índio (Funai) - DF
51	Patrícia Menezes	Prefeitura de Barcarena/ Rede ODS Brasil - PA
52	Pedro Quet	Ministério do Meio Ambiente (SMCF/MMA) - DF
53	Priscila Feller	Fundação Nacional do Índio (Funai) - DF
54	Raimundo Magno Nascimento	Comunidade Quilombo África e Larantijuba em Moju - PA
55	Raíssa Guerra	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) - DF
56	Regina Carvalho	Secretaria de Meio Ambiente do Amapá (SEMA) - AP
57	Rubem Taverny	Associação dos Retireiros do Araguaia - MT
58	Sâmya Milena Brandão Terra	Consultora independente - DF
59	Shirley Cristina dos Santos	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) - DF
60	Sineia do Bezerra do Vale	Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Câmara Consultiva Temática sobre Captação e Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis (CCT-CDRNR) - RR
61	Stoney do Nascimento Pinto	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC - AC) - AC
62	Tito Castro	Serviço Florestal Brasileiro (SFB) - DF
63	Vincenzo Lauriola	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) - DF
Núcleo de coordenação da oficina		
64	Alexandre Avelino	Ministério do Meio Ambiente (DECO/MMA)
65	Monique Ferreira	Ministério do Meio Ambiente (DECO/MMA)
66	Raquel Souza	Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC) - GIZ
67	Camila Pianca	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC)
68	Carlos Eduardo Marinelli	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC)
69	Cinthya Cordova	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC)
70	Catharina Sampaio	Equipe Facilitação - GIZ
71	Hoberg Leocádio	Equipe Facilitação - GIZ
72	Roberta Knopki	Equipe Facilitação - GIZ
73	Renata Costa	Equipe Facilitação - GIZ

10. Indicadores de salvaguardas de REDD+: resultados dos grupos de trabalho da oficina de Brasília

Tabela 1. Quadro de indicadores da salvaguarda A com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.

Salvaguarda A. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes											
Princípio 1. Ações financiadas por recursos de REDD+ não sejam contrárias aos objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais (Legislação Vigente)											
Alvo 1. Recursos relacionados à REDD+ nas políticas públicas											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO DO INDICADOR	OBSERVAÇÃO
A1. Efetividade no uso de recursos financeiros para implementação de ações de REDD+ complementares e consistentes com as políticas relacionadas	-	Pagamentos por resultados de REDD+ Matriz de políticas de REDD+ (Res. 9 - CONAREDD+)	Anual e Quadrienal	Porcentagem (%) de recursos destinadas às ações relacionadas às Políticas Públicas da Matriz (Res. 9 CONAREDD)	%	Resolução 9 da CONAREDD; Relatórios do Fundo Amazônia; Relatórios de Gestão	Programas, projetos, políticas, recursos implementados	Anual	Relatórios anuais, relatórios de gestão, LOA	Antes de identificar o percentual, deve haver a correlação entre as ações e as políticas	Aceitando que em diferentes contextos, políticas terão relevâncias diferentes
Alvo 2. Envolvimento do setor privado na implementação de ações de REDD+											
A3. Fomento à produção sustentável e à conservação e recuperação de ativos florestais	Benefícios financeiros voltado para as 3 linhas de ação: conservação, produção sustentável e recuperação de ambientes naturais	Iniciativa privada com fins lucrativos (áreas acima de 4 módulos fiscais - unidade de medida, em hectares, com valor fixado pelo INCRA para cada município)	Anual e Quadrienal								Excluído: Fora do escopo do REDD - O REDD+ não deve fomentar a recuperação de passivo acima de 4 módulos fiscais

Alvo 2. Envolvimento do setor privado na implementação de ações de REDD+											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
A4. No de empresas envolvidas em ações econômicas sustentáveis que contribuam para os resultados de REDD+*	Ações de REDD+ e formas do setor privado se engajar na redução do desmatamento. Exemplo: acordos setoriais	-	Não preenchido	No de empresas que assumiram compromisso de não aquisição de produtos oriundos de desmatamento ilegal	No	Empresas privadas; Organizações setoriais	Estadual e Regional	Anual	Sites das empresas; busca ativa	Não dá para medir o nível de compromisso com a sustentabilidade	Não está relacionado ao princípio 1 da Salvaguarda A

*Alvo substituído: A4. Número de empresas envolvidas nas atividades econômicas sustentáveis apoiadas pelos recursos REDD+

Alvo 3. Mecanismos de envolvimento dos estados nas negociações internacionais											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
A6. Iniciativas de fortalecimento da governança entre entes federados em programas de REDD+	Ex. Força Tarefa de Governadores para Clima e Floresta - GCF, Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal e Fórum dos Governadores da Amazônia	Estados e Amazônia/Cerrado	Anual								Excluído: indicador de difícil delimitação conceitual e de difícil monitoramento
A7. Criação e implementação de políticas públicas pelos estados relacionadas à mudança do clima e floresta	-	Estados	Anual	1- Orçamento (R\$) para políticas ambientais/ Orçamento (R\$) do estado; 2-Classificação dos recursos recebidos (Fonte)	1- Porcentagem (%) de orçamento destinado às políticas ambientais; R\$ por fonte; 2-No de políticas públicas por estado; % de implementação das políticas públicas	Governos estaduais	Estadual	Anual	1- Ofício às secretarias; orçamento dos estados; 2- Relatórios de gestão das secretarias de Fazenda	Eventuais dificuldades para acesso aos dados	

Alvo 4. Aderência das políticas públicas de REDD+ dos estados aos objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
A7. Criação e implementação de políticas públicas pelos estados relacionadas à mudança do clima e floresta	-	Estados	Anual	1- Orçamento(R\$) para políticas ambientais/ Orçamento(R\$) do estado; 2-Classificação dos recursos recebidos (Fonte)	1- Porcentagem (%) de orçamento destinado às políticas ambientais; R\$ por fonte; 2-Nº de políticas públicas por estado; % de implementação das políticas públicas	Governos estaduais	Estadual	Anual	1- Ofício às secretarias; orçamento dos estados; 2- Relatórios de gestão das secretarias de Fazenda	Eventuais dificuldades para acesso aos dados	

Princípio 2. Esforços nacionais pela prevenção e minimização de riscos e de impactos negativos provenientes de outras políticas (extra-REDD+)

Alvo 3. Cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira e de planos de combate ao desmatamento

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
A10. Sistemas de produção integrados pecuária-floresta	1. Tipo e Número de espécies utilizadas no consórcio 2. Área coberta por cada tipo de consórcio	Estadual	Anual (conforme sumário de salvaguardas)	Nº de espécies nativas/ Área fomentada	Nº de espécies/ Hectare	Sistemas correlatos; DEMAS; Órgãos estaduais vinculados à área de produção; Organizações da sociedade civil executoras; Serviço Florestal Nacional (Inventário)	Nacional/ Bioma	Anual	Solicitação de informações; Web	Baixa frequência de atualização; Inexistência de dados	Está relacionado à Resolução 9 da CONAREDD+
A11. Nível de emissões de carbono	Oriundas do desmatamento corte raso na Amazônia e Cerrado	Bioma	Anual (conforme sumário de salvaguardas)	Emissões oriundas do desmatamento corte raso na Amazônia e no Cerrado conforme FREL	tCO2 equivalente	GTTREDD+	Estados/ Bioma	Anual	Informações HUB Brasil	Não abrangência nacional	-

Alvo 4. Alinhamento entre políticas ambientais de órgãos públicos de meio ambiente e os de infraestrutura, agropecuária, fundiários, de mineração e energia

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
A14. Instrumentos de cooperação celebrados com os estados da Amazônia Legal para implementação do Zoneamento Ecológico Econômico	Status de implementação (aprovado, revisão, etc.);	Estadual	Anual	Soma de registros	Nº de registros	Diário Oficial da União	Amazônia Legal	A cada evento	Consulta na Internet	Instrumentos não refletem ações	-
A17. Políticas públicas/financiamentos que estimulam desmatamento, mesmo que legal	-	Nacional: Amazônia, Cerrado	Anual	1- Identificação de políticas que comprometem os objetivos da ENREDD; 2- %= Recursos executados para a política identificada/ Recursos executados para os objetivos da ENREDD+	Porcentagem (%)	Estudos sobre conflitos entre políticas	1- Governo Federal; 2- Estados elegíveis para ENREDD+	Anual ou Bienal	Informações HUB Brasil	Requer consultoria especializada; vulnerável ao contexto político (indicar os conflitos); necessidade de delimitação de critérios para identificação das políticas que estimulam o desmatamento	-

Tabela 2. Quadro de indicadores da salvaguarda B com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.

Salvaguarda B. Estruturas de governança florestal nacional transparentes e efetivas, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional											
Princípio 1. Acesso a dados e informação sobre a implementação das legislações e políticas relevantes											
Alvo 1. Estrutura de ouvidoria e interação com o usuário											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS.
B1. Ouvidoria de REDD+ implementada	"Existir de fato", ou seja, em funcionamento (recebendo e prestando informações), recursos humanos e financeiros Acompanhamento de conflitos internos e Inter étnicos decorrentes da distribuição e uso dos recursos REDD+ (Fragmentação e ruptura das formas tradicionais de organização social, política e cultural) Papel da ouvidoria (papel de busca ativa e não só de recepção de reclamações e sistematização de informações	Ouvidorias relacionadas à questão florestal	Anual	Porcentagem (%) de ouvidorias implementadas	-	-	-	-	-	-	Contemplado pelo B2; B4; D6
B2. Efetividade das estruturas de ouvidoria em relação ao usuário	Acessibilidade e capacidade de resposta, agilidade, Interoperacionalidade, diferentes órgãos e instâncias, canais de comunicação (falado, escrito, etc.), linguagem simples e acessível às populações tradicionais	Ouvidorias relacionadas à questão florestal	Anual	%= No de conflitos resolvidos/ No de conflitos registrados	Porcentagem (%) de conflitos resolvidos	Ouvidorias estaduais	Estadual	Anual	Busca ativa nas ouvidorias	Inexistência de ouvidorias estaduais; estruturação das ouvidorias existentes	-

Alvo 2. Estruturas de governança efetivas no cumprimento da legislação florestal e no alcance dos seus objetivos.											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
B4. Atuação das estruturas de governança em prover transparência sobre as políticas florestais*	<p>1. Transparência ativa versus passiva de dados e informação (P2 e SB-P3) Se exercem a transparência, preferencialmente ativa (Transparência ativa: disponibiliza informações continuamente; Transparência passiva: age sobre demanda)</p> <p>2. Adesão dos órgãos responsáveis pela implementação das legislações e políticas relevantes aos processos de transparência (Ex. Sistema E-ouv (federal), Lei de acesso à informação)</p> <p>3. Adotam princípios de governo aberto: Iniciativa internacional - premissas: dados abertos, mecanismos para acesso e transparência/ participação);</p> <p>4. Se as demandas da base e objetivos das políticas estão sendo trabalhados nesses espaços para o alcance de seus objetivos.</p>	Matriz de políticas de REDD+ (Código Florestal – CAR)	Anual	<p>Não existe canal de publicidade da atuação</p> <p>Existência de canais com informações desatualizadas</p> <p>Atende à lei de acesso à informação</p>	<p>Não atende</p> <p>Atende parcialmente (informações desatualizadas ou incompletas)</p> <p>Atende satisfatoriamente</p>	Governo federal; Governos estaduais	Governo Federal e estados	Anual	Busca ativa	Identificação das instâncias de governo; esforço de coleta das informações	-

*Alvo substituído: B4. Atuação das estruturas de governança

Alvo 3. Grau de inclusão e interação do usuário nas estruturas de governança											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQÜÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQÜÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
B5. Formatos de linguagem e diversidade de acesso a informação	Informações de forma simples e direta, incluindo traduções	Tipos de mecanismos disponíveis para acessar dados/informações (aplicativo, e-mail, telefone)	Anual	Nº de formatos de linguagem e acesso adequados do público-alvo	Nº	Relatório de atividades das organizações e órgãos	Nacional/ Estadual/ Local	Anual	Web, solicitações, relatórios, dados desagregados	Transparência; dados agregados dificultam a análise; ausência de dados/respostas; pouca estruturação das fontes	-

Princípio 2. Participação social plena e efetiva nas decisões											
Alvo 1. Cumprimento de previsão orçamentária e financeira para participação de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs)											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQÜÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQÜÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
B6. Recursos financeiros destinados à participação nos espaços de construção e tomada de decisão previstos e executados	Plano Plurianual - PPA (previsão), Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/Lei Orçamentária Anual - LOA, relatório, gestão (execução) por todos Apoio financeiro e técnico (formação e/ou capacitação) para participação em espaços de debate das políticas/programas relacionadas à questão (REDD+) florestal	Uso de recursos de REDD+	Anual (Lei Orçamentária Anual) e quadrienal	Valor previsto e valor executado	Valor monetário	Unidade gestora	Local	Semestral	Web público	Plataforma atualizada; possibilidade de exportação dos dados; plataforma (sistematização, acessível; bilíngue; atualizada	-

Alvo 2. Mecanismos para fortalecimento do envolvimento e participação social decisórios											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
B7. Processos de formação para participação ativa e mobilização em espaços consultivos e deliberativos	1. Observar as práticas e modos/métodos, procedimentos e mecanismos adotados para participação/mobilização 2. Engajamento de jovens e mulheres, envolvimento de grupos vulneráveis; abrangência da representação; paridade; apoio logístico	Espaços consultivos e deliberativos das políticas relacionadas a PIPCTAFs relevantes ao REDD+	Anual e/ou Quadrienal	1- %= Nº de espaços com atividades preparatórias protagonizadas pelos atores/ Nº total de espaços; 2- %= Nº de atividades preparatórias protagonizadas por atores envolvidos por instância por ano (Apoiadas e não apoiadas)	Porcentagem (%)	Secretarias executivas das instituições responsáveis	Nacional e Estadual (por segmento)	Semestral	Web, Solicitação de Listas de presença, atas ou registros de reuniões, se houver	Baixa frequência de retorno; ausência de registros	2- Formalizar parcerias

Alvo 2. Mecanismos para fortalecimento do envolvimento e participação social decisórios											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
B8. Respeito e incorporação de práticas e processos tradicionais e espaços consultivos e deliberativos	1. Observar as práticas e modos/métodos, procedimentos e mecanismos adotados para participação/mobilização 2. Observar o respeito e incorporação de práticas e processos tradicionais de tomada de decisão	Espaços consultivos e deliberativos institucionalizados das políticas relacionadas a PIPCTAFs relevantes ao REDD+	Anual e/ou Quadrienal	Percepção dos PIPCTAFs (Atores envolvidos)	1- Escalas (4 itens da descrição): 0- Não atendido; 1- Insatisfatoriamente; 2- Parcialmente; 3- Totalmente; 2- Existência ou não do mecanismo de respeito e incorporação de práticas/processos tradicionais	1- Representantes por segmentos dos espaços; 2- Espaços consultivos e deliberativos institucionalizados	1- Amostragem; 2- Secretarias executivas dos espaços	1- Bial; 2- Anual	1- Web (plataformas livres e gratuitas); enquete/questionário/ entrevista presencial durante a reunião/ questionário individual e anônimo e enviado com antecedência de acordo com a	-	-

	3. Avaliar as decisões tomadas (Forma/ modo de tomada de decisão não deve ser unilateral) 4. Promoção da integração das decisões nas diferentes instâncias (Transmissão de informações e decisões - "via de mão dupla")									decisão do coletivo; 2-Solicitação formal		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Alvo 4. Representatividade e pluralidade nos espaços de governança

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
B10. Espaços participativos, consultivos, deliberativos e efetivos	1. Conhecer os espaços, representatividade (Nº de segmentos da sociedade), paridade entre segmentos e envolvimento (P3), paridade geracional e de gênero; 2. Temporalidade/ duração das instâncias de participação necessária para o alcance dos seus objetivos 3. Abrangência da representatividade incluindo grupos vulneráveis (Quem participa e onde/qual momento?)	Espaços consultivos e deliberativos nacionais (Matriz) e estaduais	Anual e/ou quadrienal	Medir pluralidade e efetividade	1- Porcentagem (%) de espaços com paridade (gov/não gov); Porcentagem (%) de proporcionalidade de segmento/gênero/faixa etária* *Definição de faixa etária conforme o definido por segmento; 2- Execução das decisões na implementação das políticas; 3- Percepção dos PIPCTAFs (atores envolvidos) - descrição 3 e 4	Secretarias executivas dos espaços nacionais	1- Espaços nacionais e estaduais; 2 e 3 - Avaliação participativa promovida pelas instituições responsáveis pelos espaços	1- Anual; 2 e 3 - Trienal	Diário oficial/ Solicitação/ Web	Plataforma atualizada; possibilidade de exportação dos dados; plataforma (sistematização, acessível; bilíngue; atualizada	-

4. como são tomadas as decisões e avaliados os seus resultados												
5. Participação e satisfação na estruturação dos processos de seleção e tomada de decisões												

Alvo 5. Transparência e coerência no processo de seleção e de decisão de participantes nos espaços

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO DO INDICADOR	OBSERVAÇÃO
B13. Divulgação e clareza das regras e etapas dos processos de seleção de participantes nos espaços decisórios	Ampla divulgação	Estrutura de governança da ENREDD+ e entes elegíveis para captação de pagamentos por resultados	Anual e/ou quadrienal	1) Tem ou não tem regras (existência) 2) Publicação das regras (transparência) 3) Publicação dos resultados	Grau de transparência (0-nada; 1-Existência; 2-Existência e transparência; 3-Existência, transparência e resultados)	Secretarias executivas das instituições responsáveis	Nacional e Estadual	Anual	Ausência de dados disponíveis, Ausência ou atraso no retorno, Falha no registro	Plataforma atualizada; possibilidade de exportação dos dados; plataforma (sistematização, acessível; bilíngue; atualizada	-

Princípio 3. Gestão integrada e compartilhada

Alvo 6. Convergência e sinergia entre as políticas públicas da matriz de políticas relacionadas a REDD+

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
B14. Incorporação e implementação de elementos de REDD+ na matriz de políticas relacionadas a REDD+ e sua governança	Alinhamento para alcance de objetivos comuns e esforços que contribuam para resultados	Matriz REDD+ (CONAREDD+ resolução 9)	Anual (processo) e quadrienal (resultado)	-	-	-	-	-	-	-	Excluído: indicador muito complexo, porém muito relevante. Sugestão: deve ser melhor discutido

Tabela 3. Quadro de indicadores da salvaguarda C com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.

Salvaguarda C. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais e familiares, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas											
Princípio 1. Os direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais e familiares devem abranger a vedação a restrições de uso e manejo dos territórios e de práticas tradicionais											
Alvo 1. Garantia de direitos no uso e manejo dos territórios e de práticas tradicionais de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTES OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C1. Garantia de orçamento e recursos financeiros no Plano Plurianual (PPA) para implementação das políticas e demarcação de seus territórios.	Dados sobre recursos orçamentários e financeiros destinados aos 1. processos de demarcação e homologação de territórios; 2. Instrumentos de gestão ambiental e territorial	PLANAFE; PAE; PAF; PLANAPO, PNGATI, PNPCT, Manejo comunitário (Planos, políticas e ações para demarcação e homologação de territórios)	Anual e Quadrienal	Previsão orçamentária no PPA	Valor monetário	Governança estadual	Estadual	Anual	Web público; Sistema de avaliação	Linguagem amigável	Indicador também relacionado ao alvo 3

Alvo 1. Garantia de direitos no uso e manejo dos territórios e de práticas tradicionais de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTES OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C2. Ações para reconhecimento dos direitos legais, costumários e originários pelos governos federal e estaduais	Ex. Reconhecimento, pelos órgãos competentes, dos respectivos mapeamentos comunitários realizados (ETNO, AUTO, Cartografia Social); estruturas de governança específicas criadas com reconhecimento desses povos	Territórios	Anual e Quadrienal	1- Nº de segmentos/ territórios nos diferentes processos; 2- Nº de segmentos em processo de autodeterminação, Nº de segmentos em processo de reconhecimento, Nº de segmentos reconhecidos	Taxa percentual de avanço entre as categorias	Fundação Palmares, Funai, Cartografia Social da Amazônia, INCRA, ITES, ICMBio (UCUs), CNPCT, IPHAN, CPT, MST	Segmentos autodeterminados	Anual (no ato da sistematização)	Site (FUNAI, Fund. Palmares, INCRA, Instituto de Terras, IPHAN); Publicações; Solicitações; Pesquisa	1- Dados dispersos e ausência de procedimento para registro; 2- Falta de comunicação entre os órgãos	-

Princípio 1. Os direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais e familiares devem abranger a vedação a restrições de uso e manejo dos territórios e de práticas tradicionais											
Alvo 2. Garantia à proteção territorial dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades tradicionais e Agricultores Tradicionais Familiares											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C4. Número de ações de REDD+ que ameaçam os direitos territoriais de povos indígenas isolados e de recente contato	Atividades e ou ações que afetam as terras, territórios e formas de vida de povos indígenas e aqueles isolados ou de recente contato (Respeitar a opção ao isolamento de determinados povos indígenas, enquanto sua manifestação máxima de viverem livremente de acordo com sua cultura)	Terras indígenas e territórios povos indígenas autônomos isolados ou de recente contato	Anual	1- No de ações; 2- Intensidade de impacto e/ou ameaças	1- No de registros; 2- Categorias de intensidade	Funai (CBIIZC); Ouvidorias; Gestão de riscos; Monitoramento Local; Dados secundários (Cartografia Social)	1- Territórios de povos indígenas isolados e de recente contato e registros de presença de índios isolados; 2- Pressão das atividades (categorias de intensidade)	Anual (no ato da sistematização)	Solicitação à Funai; Relatórios (Pesquisa); Censo; Publicações, Solicitações, Pesquisa, Entrevistas; Publicações, solicitações, pesquisa	Dificuldade de acesso e transparência; Sigilo previsto no ordenamento jurídico; divergências entre dados	Pesquisa (Documentar e Bibliográfica); Solicitação (Ex. Ofício); Entrevistas
C7. Fomento com recursos de REDD+ para ações de vigilância à proteção territorial sem restrições de uso e manejo dos territórios e de práticas tradicionais	Programas de monitoramento da FUNAI e existência de programas para os outros povos	Territórios	-	Valor investido em ações de vigilância territorial / Recurso do REDD recebido	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFIEIX/MPG	Estadual	Semestral	Web público; Sistema de avaliação	Linguagem amigável	Garantir distinção entre indicador=0 e "informação não disponível"

Alvo 3. Monitoramento e avaliação de impactos negativos de ações de REDD+											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQÜÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQÜÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C9. Registros de violação das salvaguardas de direitos de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais e Familiares.	1. Número de reclamações em ouvidorias e instâncias de governo e entidades de representação 2. Número de registros de proibições e restrições de uso e manejo dos territórios e de práticas tradicionais	Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais	Anual e Quadrienal	Nº de registros por segmento e gênero	Nº de registros por segmento e gênero	CIMI, CPI-SP, MPF, Ouvidorias Funai, INCRA e Sec. estado	Governo Federal e estados	Anual	Busca ativa	Esforço de coleta das informações; falta de compreensão dos direitos coletivos e individuais; possibilidade de múltiplas contagens; definir instância estadual responsável pela coleta e repasse das informações	-

Alvo 4. Respeito às práticas tradicionais de uso e manejo sustentável dos recursos naturais e promoção, apoio e incentivos à produção sustentável											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQÜÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQÜÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C11. Participação (%) de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais nos Programas de Compra Institucionais e outras políticas de inclusão sócio produtiva.	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio); Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo); Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – Planafe; Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).	Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais (considerar também as áreas de uso coletivo ou comum)	Anual e Quadrienal	No de associações de PIPCTAFs/ Total de associações cadastradas no processo	Porcentagem (%)	PAA, PNAE, PNGBIO	Nacional	Anual	Web público	Cadastro atualizado e representativo	-

Alvo 5. Respeito aos espaços protegidos para usos especiais e locais sagrados e práticas religiosas não ligadas ao território											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C14. Mecanismos de respeito às práticas culturais e religiosas nas áreas e territórios legalmente protegidos de proteção ambiental nos territórios de uso tradicional	Mecanismo de recepção e resposta aos pedidos de práticas culturais e religiosas, como nas autorizações de pesquisas nas áreas protegidas. Fase 1: existência ou não; Fase 2: número de autorizações	Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais	Anual	No de pedidos X Nº de autorizações (ver ICMBio) No de denúncias em ouvidorias, defensorias, instâncias de governança	Nº	UCs federais: ICMBio UCs estaduais: DEMAs, ouvidorias, defensorias, MPs, CPT, CIMI, Org. indígenas, instâncias de governança...	Território com ações de REDD+	Anual	Solicitação	Fragilidade nas fontes de dados	-

Alvo 6. Garantia de autonomia, protagonismo e participação na gestão dos territórios e implementação de instrumentos de gestão											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C15. Recursos financeiros de REDD+ aplicados na implementação de instrumentos de gestão	1. Relação entre número e volume de desembolso 2. Inclui instrumentos próprios tipo Gestão Territorial Ambiental (GTA) 3. Em atenção à lei 11326/2006, quando fala agricultura tradicional, não existe marco para regularização fundiária de agricultores familiares. Deliberação se dá apenas no órgão gestor	Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais (homologados e não homologados)	Anual e Quadrienal	Valor investido em instrumentos de gestão/ Recurso de REDD recebido	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Estadual	Semestral	Web Público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	-

Salvaguarda C. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais e familiares, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas											
Princípio 2. Garantia à terra e território no contexto de implementação de ações de REDD+ no Brasil											
Alvo 1. Reconhecimento das diferentes categorias de direitos territoriais (incluindo acesso) e manejo de recursos naturais											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C20. Número de terras da agricultura familiar regularizadas nos termos da lei 8629/93 (Reforma agrária)	Número de terras da Agricultura Familiar regularizadas; número de criação de projetos de assentamento; número de famílias assentadas; número de famílias que acessam crédito rural a partir do projeto de assentamento	Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais (homologados e não homologados)	Anual	Nº de assentamentos regularizados Nº de assentamentos em processo de regularização Nº de assentamentos novos	Nº	INCRA, SPU, Institutos de terras estaduais	Cada assentamento	Anual	Site SFB (Cadastro Nacional de Florestas Públicas) + 3 fontes	Capacidade de suporte do assentamento	1-Pesquisa (Documentar e Bibliográfica); 2-Solicitação (Ex. Ofício); 3-Entrevistas

Alvo 3. Acompanhamento de conflitos fundiários que envolvem Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C22. Número de conflitos no campo	Registros de violência no campo por disputa de terra e território 1. Sistematização de dados de conflitos (ex. campo frutos da "grilagem verde", referindo-se a impactos não previstos decorrentes do CAR) 2. Número de conflitos agrários e número de conflitos agrários tratados = coletas de informações, audiências, cenários de resolução, etc.	Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais (homologados e não homologados)	Anual	No de registros	Nº	Delegacias rurais; Ouvidoria do SISREDD; CIMI, Universidades, pastoral da terra...; ouvidorias ambientais	Estadual	Anual	Busca ativa de informações: Web, ouvidorias, MPF, formulários, academia, estudos, amostragem)	Falta de estruturação das ouvidorias estaduais; falte de capacitação de quem recebe a denúncia; falta de compreensão sobre os direitos individuais; falta de compreensão dos direitos coletivos; defasagem dos dados; dificuldade de coleta dos dados das delegacias rurais	-

Princípio 3. Participação justa e equitativa nos casos de distribuição de benefícios (recursos de REDD+): esses povos devem ter participação efetiva em qualquer acordo de distribuição de benefícios e acesso diferenciado a fundos e outros instrumentos de financiamento de REDD+											
Alvo 2. Repartição e acesso aos benefícios de REDD+ pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQÜÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA A DOS DADOS	FREQÜÊNCIA A DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C24. Número de segmentos: identificados, inseridos e consultados na definição de critérios e tomada de decisão sobre a distribuição e uso dos recursos de REDD+	Considerar todos os segmentos, inclusive os 28 já reconhecidos e os cerca de 80 autodeterminados	Conforme Escala do programa/iniciativa em nível federal, estadual e municipal	Anual e Quadrienal	No de segmentos consultados/ total de segmentos identificados	Nº	Órgãos gestores das iniciativas; Sociedade civil/ PIPCTAFs; Nova Cartografia Social	Governo Federal e entes elegíveis para captação de pagamentos por resultados	Anual	Atas, registros, listas de presença, bancos de dados	Identificação das fontes dos números de segmentos	-
C26. Eficácia no percentual (50% - 50%) na alocação de recursos para conservação x combate ao desmatamento	1. Conforme Resolução 6 / CONAREDD+ 2. O Grupo sugere que seja construído também um indicador de mitigação x adaptação similar a esta ideia.	Iniciativas nos âmbitos nacional e estaduais	Anual e Quadrienal	Valor investido em conservação/ total investido em conservação e desmatamento	(%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Estadual	Semestral	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	-
C27. Efetividade na repartição/acesso aos projetos de REDD+ entre segmentos e entre territórios	-	Nacional e Estaduais	Anual e Quadrienal	1- Porcentagem (%) de repartição por segmento e territórios 2- Porcentagem (%) de repartição no segmento e no território	(%)	Implementador e/ou financiador dos programas/políticas/ projetos beneficiários de REDD+	Programas, projetos, políticas, recursos implementados	Anual	Relatórios anuais e/ou de gestão, LOA	Identificação da conexão entre fonte e despesa (para orçamento público)	Monitoramento Local e dos programas (indicador novo)

Alvo 3. Efetividade na participação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais em instâncias deliberativas e suas lacunas em nível federal e estadual											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C28. Cumprimento de resoluções (operacionalização, implementação, etc.) de espaços e instâncias de REDD+ deliberativas regulamentadas e paritárias	Resoluções encaminhadas nesses espaços	Nacional e Estaduais	Anual e Quadrienal	Exemplo: alvos direitos - pouco efetivo/ Participação - efetivo/ Repartição de benefícios - muito efetivo	Porcentagem (%)	-	-	-	-	-	Relacionado ao indicador B10 (Análise por tema). Mesmas métricas B10 - olhar e adequar se necessário

Alvo 4. Processos de informação e formação contínuos e efetivos											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C30. Eventos para capacitação nos diferentes momentos de construção de projetos: dos editais/chamadas ao desenvolvimento	Habilitação contínua aos diferentes momentos de desenvolvimento do projeto, desde a concepção, editais, implementação até prestação de contas Desenvolver competências/habilidades para elaborar/apresentar projetos Falta construir um indicador que atendesse processo de informação.	Órgãos locais (formais e informais) e órgãos públicos municipais, estaduais e federais	Anual e Quadrienal	1- No de eventos para capacitação para editais/chamadas realizados para PIPCTAFs/ No de editais voltados para esse público; 2- No de organizações que participaram de treinamentos/capacitação	1- (%); 2- No	a) Instituições responsáveis pelos editais b) Organizações locais	Nacional/ Estadual/ Local	Anual	Web (editais); Solicitação de relatórios das organizações	Garimpagem de dados; manual que oriente a estruturação das fontes de informação	-

Alvo 5. Disponibilidade de recursos financeiros para participação na distribuição de benefícios e realização de consultas											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C32. Recursos financeiros captados para participação na distribuição de benefícios e realização de consultas.	Destinação e Execução de recursos para participação	Nacional e Estaduais (depende do ente executor)	Anual e Quadrienal	Valor investido em atividades de participação e consulta/ Recurso de REDD+ recebido	(%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Estadual	Semestral	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	-

Princípio 4. Garantia e respeito aos direitos processuais, como consentimento prévio, livre e informado, conforme os acordos, protocolos e instituições comunitárias desenvolvidos por esses povos e assegurando-se os recursos necessários à realização das consultas no contexto de implementação de ações de REDD+ no Brasil

Alvo 1. Fortalecimento das organizações locais (de PIPCTAFs) e regionais para gestão dos recursos de REDD+ (projetos voltados às ações de REDD+ e políticas públicas)											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C35. Organizações de base estruturadas	1. Destinação de recursos financeiros para habilitação documental 2. Recursos para: insumos, infraestrutura, capacitação, capital de giro e assessoria 3. Número de habilitações para gestão de recursos	Organizações locais e regionais	Anual e Quadrienal	Valor investido na estruturação das organizações de base/ Recurso de REDD+ recebido	(%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Governança estadual	Anual	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	Verificar capital de giro x Lei 8666

Alvo 2. Fortalecimento de instituições de apoio e daquelas de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO DO INDICADOR	OBSERVAÇÃO
C36. Instituições de apoio estruturadas	Recursos para: infraestrutura, insumos, capacitação, assessoria e parcerias	Organizações locais e regionais	Anual e Quadrienal	No de instituições apoiadas com recursos de REDD+ e valor executados nos itens de estruturação (descrição)/ No total de instâncias envolvidas	(%)	Editais e chamadas ex. ACER/ Programas/ Políticas; relatório financeiro das instituições	Estadual/ Regional/ Local	Anual	Web, solicitações, relatórios, dados desagregados	Transparência; dados agregados dificultam a análise; ausência de dados/respostas; pouca estruturação das fontes	Manual de instrução para informar os dados/ informação

Alvo 3. Fortalecimento de órgãos públicos											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C40. Órgãos públicos ambientais estruturados.	1. Qualificação do corpo técnico 2. Número de parceiros 3. Parcerias formais implementadas 4. Recursos financeiros para: infraestrutura, insumos, capacitação, assessoria e parcerias	Órgãos públicos (Federal, estadual e municipal)	Anual e Quadrienal	Recursos financeiros executados para infraestrutura, insumos, capacitação, assessoria e parcerias	-	-	-	-	-	-	Transformar em A17.1 ou A18; Critério de avaliação para A17

Alvo 4. Fortalecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais e práticas culturais *Alvo associado também ao alvo 3, do Princípio 3											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C41. Formação de comunidades e de jovens sobre marcos legais de REDD+ existentes operacionalizados	-	Comunidades	Anual e Quadrienal	No de jovens por comunidade	Nº	Iniciativas nacionais e estaduais de REDD+	Local (potenciais beneficiários)	Anual	Iniciativas executoras de ações e recursos de REDD+	Ausência de dados disponíveis, Ausência ou atraso no retorno, Falha no registro	Necessidade de resgatar a descrição do indicador
C42. Presença de lideranças em espaços públicos de REDD+ nacionais e internacionais multiescalares	Multiescalares: que reúnem representações das diferentes esferas/escalas no mesmo espaço Processos adequados para integração de saberes e conhecimentos	Nacional e Internacional	Anual e Quadrienal	No de lideranças apoiadas pelas iniciativas presente	Nº	Iniciativas nacionais e estaduais de REDD+	Plataforma PI, PCT na UNFCCC	Anual	Atas, registros, listas de presença, bancos de dados	Inexistência de documentos exigidos para viagem; língua	-

Alvo 5. Acompanhamento dos processos de consultas para consentimento prévio, livre e informado											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
C44. Realização de consultas prévias, livres e informadas conforme protocolos comunitários (escritos ou costumários) quando existentes *Comunidades abrangidas consultadas de forma adequada *Também para P1. A6. Garantia de autonomia, protagonismo e participação na gestão dos territórios e implementação de instrumentos de gestão.	Respeito aos protocolos e acordos legais ou costumários construídos por povos e comunidades tradicionais. Não se limita aos protocolos de consulta Aplicações: 1. criação, recategorização, redelimitação, desafetação. de UCs (inclui aquelas perto ou sobrepostas a TIs); elaboração ou revisão de planos de manejo de UCs; 2. ações de REDD+ no Brasil e de suas salvaguardas	Nacional 1. Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais (homologados e não homologados) - Observar as disposições da PNGATI Unidades de conservação - e sua zona de amortecimento. 2. Projetos/ Programas de uso de recursos de REDD+	Anual e Quadrienal	1- No de comunidades com consulta adequada/ No comunidades abrangidas; 2- Forma qualificada: livre, prévia, informada	1- Porcentagem (%)	1- No de comunidades; Protocolos de consulta; organizações que atuam na região e a própria iniciativa de REDD+; 2- Protocolos de consulta; Atas de reuniões; entrevistas; participantes da consulta prévia; principais participantes comunitários da consulta prévia	Áreas beneficiárias	Anual	Solicitações, consultas, entrevistas, relatórios, avaliações	Desrespeito aos protocolos escritos, orais...	Outro indicador: envolvimento dos órgãos e parceiros competentes à segurança sobre a consulta

Tabela 4. Quadro de indicadores da salvaguarda D com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.

Salvaguarda D. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais											
Princípio 1. Para garantir a participação plena e efetiva das partes interessadas é necessário divulgar amplamente informações relevantes, de maneira oportuna e culturalmente apropriada, em todas as etapas das ações de REDD+ *Considerar o uso de redes sociais em todos os princípios											
Alvo 1. Divulgação de informações em linguagem acessível e simples e produção de materiais informativos em formato e canais adequados e formação de multiplicadores											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQÜÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQÜÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D1. Número de públicos atendidos e com acesso às informações sobre as ações e o uso de recursos de REDD+	1. Quais segmentos sociais são atendidos com essas informações; 2. Difusão de materiais para as escolas e universidades; 3. Alcance e a capilaridade das informações e decisões (Canais adequados: rádio, impressos e outros que permitam o acesso)	Beneficiários e atores relevantes (partes interessadas)	Anual	Público atendido pelas atividades de divulgação de informações sobre ações e uso de recursos de ENREDD+ realizadas pelas organizações beneficiadas pelos programas/iniciativas de REDD+ (ENREDD+) e órgãos executores de ações (ver res. CONAREDD+)	No de pessoas atendidas nessas atividades	Relatório de atividades das organizações e órgãos	Nacional/ Estadual/ Local	Anual	Web, solicitações, relatórios, dados desagregados	Transparência; dados agregados dificultam a análise; ausência de dados/respostas; pouca estruturação das fontes	Manual de instrução para informar os dados/informação
D2. Número de instrumentos de divulgação das ações e do uso de recursos de REDD+	1. Tipos de produtos e materiais de divulgação/formato. (página da internet, vídeo, cartilha, aplicativos) 2. Versões em linguagens e línguas diversas, atendendo a diversos públicos e uso de materiais alternativos feitos pelos povos em suas línguas	Público alvo: Beneficiários e atores relevantes	Anual	Diversidade de canais por segmento Esforço de comunicação por segmento	Nº de canais e Porcentagem (%) de recursos financeiros por segmentos	Relatório de atividades das organizações e órgãos	Nacional/ Estadual/ Local	Anual	Web, solicitações, relatórios, dados desagregados	Transparência; dados agregados dificultam a análise; ausência de dados/respostas; pouca estruturação das fontes	Manual de instrução para informar os dados/informação

Alvo 3. Efetividade da divulgação de informações pelas ouvidorias existentes relacionadas a REDD+											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D6. Porcentagem de respostas e tipos de respostas fornecidas pelas ouvidorias	Número de acessos; tipos de resposta: questionamentos, solicitação de informação, denúncias e encaminhamentos Considerar o uso de redes sociais	Federais e estaduais	Anual e Quadrienal	%= No de conflitos encaminhados/ No de conflitos registrados	Porcentagem (%) por categoria de resposta	Ouvidoria do SISREDD; Ouvidorias estaduais	Estadual	Anual	Busca ativa de informações (Web, ouvidorias, MPF, formulários, academia, estudos, amostragem)	Falta de estruturação das ouvidorias estaduais; falte de capacitação para encaminhamento da denúncia; Falta de preparo das instituições	

Alvo 4. Representatividade e qualificação de debates											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D7. Número de segmentos identificados, inseridos e consultados em todas as etapas das ações de REDD+	Equilíbrio regional, de setores e de segmentos	Instâncias de governança onde as decisões influenciam as ações de REDD+ (federal e estadual)	Anual e Quadrienal		-	-	-	-	-	-	Trabalhado nos indicadores C2, C27 e C44

Alvo 2. Influência na tomada de decisão pelas comunidades e lideranças tradicionais											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D9. Número de deliberações/ encaminhamentos e decisões das comunidades e lideranças tradicionais propostas de comunidades e lideranças tradicionais encaminhadas pelas instâncias de governo	Atas e registros de reuniões locais (considerações PIPCTAFs registradas nas atas) Envolvimento das comunidades locais beneficiadas pelos recursos de REDD+)	Nível local, ação de REDD+ de pagamento por resultado (informado pelo ente gestor) e nível nacional (uso de recursos)	Anual	1- Nº de propostas/ Nº de encaminhamentos; 2- Percepção dos PIPCTAFs (Atores envolvidos)	1- (%); 2- Escala (Propostas feitas e encaminhadas): 0-Nenhuma; 1- Parcialmente; 2- Minoria; 3- Maioria	Secretarias executivas das instituições responsáveis	Nacional e Estadual	Anual	1- Diário oficial, Solicitação, Web; 2- Ata de reunião, enquête, questionário	Ausência de dados disponíveis, Ausência ou atraso no retorno, Falha no registro	

Princípio 2. Proporcionar acesso qualificado e efetivo nos processos de tomada de decisão e no monitoramento contínuo das ações de REDD+, promovendo o controle social

*Associado também ao princípio 3, Salvaguarda. C

Alvo 3. Promoção da representatividade e abrangência territorial e setorial nos processos de tomada de decisão e monitoramento das ações de REDD+

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D10. Paridade entre setores do governo e sociedade civil nos processos de tomada de decisão e monitoramento das ações de REDD+	Considerar o respeito ao gênero e à faixa etária	Instâncias de governança onde as decisões influenciam as ações de REDD+ /Níveis federal e estadual	Anual	Porcentagem (%) de espaços com paridade (50%-50%)	Porcentagem (%)	Secretarias executivas das instituições responsáveis	Nacional e Estadual	Anual	Diário oficial/ Solicitação/ Web	Ausência de dados disponíveis, Ausência ou atraso no retorno, Falha no registro	

Alvo 4. Processos de capacitação de representantes e apropriação de debates nos processos de tomada de decisão e monitoramento das ações de REDD+

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D11. Número de segmentos e territórios atendidos em processos de formação (inclui nas instâncias de decisão e para monitorar ações de REDD+)	1. Número de segmentos e territórios atendidos em processos de formação contínuos e efetivos 2. Número de pessoas capacitadas para participação plena e efetiva nas instâncias de tomada de decisão e monitoramento das ações de REDD+ (representantes membros de fóruns deliberativos) por segmentos, nas diferentes regiões.	Segmentos e Territórios	Anual e Quadrienal	No de segmentos atendidos/ No total de processos	Porcentagem (%)	Secretarias executivas das instituições responsáveis pelos processos	Territórios	Anual	Web, Solicitação de Listas de presença, atas ou registros de reuniões, se houver	Baixa frequência de retorno; ausência de registros	Formalizar parcerias

Princípio 4. Incentivar o monitoramento local e participativo das ações de REDD+ e suas salvaguardas											
Alvo 2. Envolvimento das comunidades no monitoramento local e participativo das ações de REDD+ e suas salvaguardas											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D14. Percentual de atores locais participantes do monitoramento das ações de REDD+ e suas salvaguardas Número de ações de REDD+ cujo monitoramento tem participação local.	<p>Atores locais - Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais</p> <p>1. Acompanhamento do respeito e consideração às 7 salvaguardas pelos representantes locais</p> <p>2. Identificação de representações comunitárias/comunitários em instâncias de governança das ações locais de REDD+</p> <p>3. Participação de gênero e faixa etária</p>	Nível local, ação de REDD+ de pagamento por resultado. Ente gestor informa quanto investiu no monitoramento local Uso de recursos (âmbito nacional)	Anual	No de ações de REDD+ com participação de atores locais no monitoramento/ No total de ações	(%)	Entes executores de ações e recursos federal e estadual	Federal e estadual	Anual	Web, relatórios públicos, solicitação	Ausência de dados disponíveis, Ausência ou atraso no retorno, Falha no registro	
D15. Recursos de REDD+ investidos para o envolvimento das comunidades no monitoramento das ações de REDD+ e suas salvaguardas	Projetos/ Programas locais devem prever recursos para promover o envolvimento das comunidades no monitoramento	Nacional	Anual	Valor investido / Recurso de REDD+ recebido	(%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Estadual	Semestral	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	Sistematizar terminologia indicador/descrição para recursos investidos (não previsto)

Princípio 5. Proporcionar mecanismos de denúncia, diligências, recurso e resolução de conflitos por meio, dentre outros, de sistemas de ouvidoria.

Alvo 1. Conhecimento amplo dos canais de comunicação criados para ou utilizados por atores locais

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D19. Número de acessos nos canais de comunicação criados/utilizados para atores locais	Identificação do público que acessa o canal; Canais e mecanismos que possam prover informações das ações de REDD+ no Brasil e de suas salvaguardas (ex. ouvidorias) Frequência de acesso (continuidade) e tipo de público Recuperação de dados relacionados aos temas de interesse das ações REDD+ e Salvaguardas Considerar o uso de redes sociais	Atores locais - Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais	Anual	1- Porcentagem (%) de beneficiados que tem conhecimento dos canais; 2- Nº de acessos por canal de comunicação; 3- Nº de registros	1- Porcentagem (%) de beneficiados que tem conhecimento dos canais; 2- No de acessos por canal de comunicação; 3- No de registros	Ouvidorias existentes; coletas de dados em campo	Federal e estadual	1- Quadrienal; 2 e 3 - Anual	1- Relatórios das ouvidorias; 2- Pesquisa de satisfação	Esforço de coleta de dados; estruturação das ouvidorias existentes e órgãos responsáveis pelas políticas	-

Alvo 2. Adequar os canais de comunicação/denúncias às diferentes realidades e contextos

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D22. Aferição da adequabilidade dos canais de comunicação/denúncias sobre ações de REDD+ no Brasil e de suas salvaguardas	1. Tipos de canais de comunicação disponíveis (Rádio comunitário, prefeituras, sindicatos, associações, presencial (Considerar o uso de redes sociais)	Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores	Anual	0- Insatisfeito; 1- Parcialmente Satisfeito; 2- Satisfeito	Porcentagem (%)	Coleta de dados em campo	Federal e estadual	Anual e Quadrienal	Pesquisa de satisfação sobre o acesso aos	Esforço de coleta de campo; Baixa frequência do envio das informações	-

	2. Considerar as diferentes realidades de acesso; 3. Classificação dos diferentes níveis de acesso pela comunidade aos canais (Nível 1: acesso a todos os meios; Nível 2: acesso a alguns meios; Nível 3: sem acesso)	familiares e tradicionais								canais de denúncia		
--	--	---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--------------------	--	--

Alvo 3. Eficiência de sistemas e mecanismos de denúncia, diligências, recurso e resolução de conflitos

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D23. Tempo de resposta de canais de comunicação/denúncias disponíveis sobre ações e recursos de REDD+ no Brasil e de suas salvaguardas	Amostra de denúncias, diligências, recursos; Considerar que efetividade é diferente de eficiência. Considerar o uso de redes sociais	Ações e recursos de REDD+/ Canais federais e estaduais	Anual	Integrar com B2 E D6	Integrar com B2 E D6	Ouvidorias estaduais; Ouvidorias do SISREDD; CIMI, Universidade, pastoral da terra; Organizações da Sociedade Civil	Federal e estadual	Anual	Diligências	Inexistência de ouvidorias estaduais; escassez de recursos	

Alvo 4. Integração dos diferentes sistemas e mecanismos de denúncia, diligências, recurso e resolução de conflitos

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D24. Intercomunicabilidade dos sistemas e mecanismos de denúncia, diligências, recurso e resolução de conflitos sobre ações de REDD+ no Brasil e de suas salvaguardas.	Existência da comunicação entre os sistemas (Envio do fluxo das demandas entre os sistemas) Integração como intercomunicabilidade = "Fuxico" entre os sistemas Considerar o uso de redes sociais	Ouvidorias federais e estaduais	Anual e Quadrienal	-	-	-	-	-	-	-	Excluído: considerado como desafio/requisito para C9 e D6

Alvo 5. Capacitação de ouvidorias relacionadas a REDD+ para atendimento eficiente das dúvidas e denúncias											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
D25. Horas de capacitação sobre REDD+ para atendimento eficiente das dúvidas e denúncias sobre ações de REDD+ no Brasil e de suas salvaguardas	Considerar o uso de redes sociais	Ouvidorias federais e estaduais	Anual	-	-	-	-	-	-	-	Excluído: capacitação em REDD+ não é um bom indicador, pois aprendizado é na prática
D26. Temas de REDD+ entre as perguntas mais frequentes nas ouvidorias	Considerar o uso de redes sociais	Ouvidorias federais e estaduais	Quadrienal	-	-	-	-	-	-	-	Excluído: componente do C9 e D6

Tabela 5. Quadro de indicadores da salvaguarda E com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.

Salvaguarda E. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais.											
Princípio 1. Conservação e uso sustentável de ecossistemas naturais, sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos.											
Alvo 4. Serviços ecossistêmicos e ambientais e do conhecimento tradicional associado identificados, valorizados e valorados											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO DO INDICADOR	OBS
E6. Instrumentos e mecanismos para valorização e valoração de serviços ecossistêmicos e ambientais implementados	-	Federal e estaduais	Anual e Quadrienal	-	-	-	-	-	-	-	Não aplicável
E8. Perdas econômicas relacionadas à degradação ambiental e à consequente diminuição dos serviços ambientais	Considerar o uso de redes sociais	Nacional	Anual e Quadrienal	Sugestão de método: quantificar área degradada (idealmente índice degradação, fauna, flora, água,...) e calcular valor associado aos serviços ecossistêmicos (com variação por bioma, região, ...) -> valor de perda dado pelo somatório de (valor tipo i x área degradada tipo i) de todos os tipos i. E também: considerar perda de produtividade devido à degradação; considerar perda de recursos externos (investimentos, doações,...)	-	-	-	-	-	Custo; cálculo escala nacional; horizonte temporal "valor presente perdas"; destituição, degradação; medida do grau de degradação	-

Alvo 9. Monitoramento dos ecossistemas naturais: pesquisa e inovação em temas chave para conservação											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
E13. Relação entre nº de planos de ações e nº de espécies ameaçadas	Iniciativas para conter a extinção dessas espécies. Efetividade dos planos/Mudanças de status da lista de espécies ameaçadas. Uso de recurso REDD+ para implementação dos planos de ação	Nacional	Anual e Quadrienal	Porcentagem (%) de espécies ameaçadas com planos	Porcentagem (%)	MMA; Painel Bio; DEMAS	Nacional e Estadual	Anual	Consulta (MMA, DEMAs); Web (Painel Bio)	Informações sobre espécies ainda é muito pobre; mudança no número de espécies	-
E14. Nº de espécies novas identificadas em inventários de flora e de fauna	Espécies das áreas prioritárias de conservação, inclusive plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e medicinais	Nacional	Anual e Quadrienal	Espécies novas/ No de inventários	No/No	Universidades e instituições de pesquisa; SiBBr - MCTIC; PainelBio - MMA; PIPCTAF	Estado/Bioma	Anual	Consulta, Web, Questionário	Falta de interação dos dados, coleta de dados limitada, Falta de diálogo entre comunidade científica e PIPCTAF	-
E16. Percentagem de células amostrais já mensuradas no território nacional	Nível de implementação de Inventário Florestal Nacional (IFN-BR)	Nacional e por bioma	Anual e Quadrienal	Unidades amostrais mensuradas/ Unidades planejadas	Porcentagem (%)	IFN-BR; SFB	Bioma	Anual	Web	-	-

Alvo 9. Monitoramento dos ecossistemas naturais: pesquisa e inovação em temas chave para conservação											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
E17. Implementação do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR)	Status de preenchimento do sistema	Nacional (políticas e programas de REDD+ e/ou uso de recursos de REDD+)	Anual e Quadrienal	1- (%) de atendimento aos requisitos do sistema; 2- (%) de cobertura geográfica 3- (%) taxonômica"	Porcentagem (%)	1- Comitê de governança do sistema MCTIC; 2 e 3 - Próprio SiBBR	1- Nacional; 2 e 3- Biomas/ Estados/ Mar território	1- Reuniões do comitê; 2 e 3- Anual	1- Atas, consulta; 2 e 3 - Sugestão: relatório anual, público do SiBBR	Geolocalização fraca; obtenção e compilação dos dados; fraqueza taxonômica, microrganismos	Sugestão: Maior divulgação do SiBBR para atores envolvidos com as salvaguardas
E19. Nível de repartição de benefícios do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais. *Também para P1.A11. Proteção e promoção da variabilidade genética <i>in situ</i> nos ecossistemas e <i>on farm</i> nos agroecossistemas e suas sementes, mudas e raças crioulas.	-	Nacional	-	1- No de acordos de repartição; 2- Quantidade de repartição/ quantidade de acesso	1- No; 2- Porcentagem (%)	SISGEN/MMA; SiBBR (integração)	1- Povo ou comunidade; 2- Bioma	Anual	Web e consulta	Dados não integrados	-
E21. Relação provisão/execução orçamentária de financiamentos com recursos de REDD+ em iniciativas para <u>recuperação</u> e conservação	-	Órgãos executivos federais e estaduais	Anual e Quadrienal	Valor investido em conservação/ Valor previsto para conservação	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Estadual	Semestral	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	Conforme princípio do alvo/indicador (Princípio 2)

Princípio 2. Recuperação de ecossistemas degradados e restauração da vegetação nativa.

Alvo 2. Instrumentos de gestão territoriais sendo aplicados em Áreas de Preservação Permanente - APP, Reserva Legal - RL e área de uso restrito (AUR)

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
E25. Implementação dos PRADAs (Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas)	Situação inadequada: recomposição, regeneração ou compensação	Recomposição e regeneração (por Estado); e Compensação (por Bioma)	Bienal e Quadrienal	Área de cadastro com PRA/Área com cadastro declarado	Porcentagem (%) de cadastro com PRA	SICAR	Imóvel rural/ Territórios tradicionais	Mensal	Web - Sistema ou consulta SFB	Representa "só" o compromisso com a recuperação	F5 contempla parte da compensação do E25
E26. Atualização e cobertura de instrumentos de monitoramento remoto para verificação de aumento de estoque	Situação inadequada: demanda recomposição, regeneração ou compensação Situação adequada (passa apenas por Comando e Controle) não é considerada neste princípio 2;	Recomposição e regeneração (por Estado); e Compensação (por Bioma)	Bienal e Quadrienal	-	-	-	-	-	-	-	Atualização e cobertura de instrumentos de monitoramento remoto para verificação do aumento de estoque à Não se tem comprovação da metodologia/tecnologia. Precisa de maior conhecimento.

Alvo 7. Instrumentos e mecanismos de apoio e incentivo positivo à preservação, conservação, recuperação, restauração e adaptação

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OB
E32. Relação provisão/execução orçamentária de financiamentos com recursos de REDD+ em iniciativas para recuperação e conservação	1. Aplicação de recursos em: preservação, conservação, recuperação, restauração e adaptação 2. Inclui fomento às iniciativas de conectividade para formação de corredores ecológicos	-	-	Valor investido em recuperação de áreas degradadas/ Valor previsto em recuperação	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFIEIX/MPG	Governança estadual e governança federal	Anual	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	

Alvo 11. Planos de recuperação adequados e coerentes com a conservação e factíveis em sua implementação											
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQÜÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQÜÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
E36. Operacionalização de políticas/programas de incentivo ao desenvolvimento, tecnologia social (baseada em boas práticas) e inovação para sementes crioulas *Também para: P2. A6. Monitoramento, pesquisa e inovação em recuperação, restauração e adaptação P1. A11. Proteção e promoção da variabilidade genética in situ nos ecossistemas e on farm nos agroecossistemas e suas sementes, mudas e raças crioulas.	1. Fomento à pesquisa e certificação participativa de sementes nativas. Fonte: PRADAs (Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas) 2. Linhas de apoio para implantação e manutenção de viveiros para espécies nativas e crioulas Fonte: Cadastro Nacional de Sementes Crioulas	Federal e estaduais	Anual e Quadriena	No de comunidades que utilizam da inovação e tecnologias sociais/ No de programas e políticas implementados	Comunidade/ Programa	Cadastro -> CNSC; Feiras agroecológicas e de sementes crioulas DEMAS para políticas e programas; EMBRAPA	Estadual	Bienal	CNSC - Web; Feiras - questionário; DEMAs - consulta	Disponibilização de dados	

Tabela 6. Quadro de indicadores da salvaguarda F com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.

Salvaguarda F. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+												
Princípio 1. Monitoramento efetivo - abrangente, frequente e preciso - de todas as áreas relevantes												
1. Desmatamento e degradação florestal												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F1. Tendência de desmatamento	Redução da área florestal (corte raso) PRODES (monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal)	Floresta nativa (Amazônia e Cerrado)	Anual	-	$(\text{Área A2} - \text{Área A1}) / \text{Área A1}$ *A = Ano	Porcentagem (%)	DETER - B e C	Biomás Amazônia e Cerrado	Anual	Web	Cerrado não tem PPA; Recursos só até 2019	
F2. Degradação Florestal na Amazônia Brasileira	Mapeamento da área degradada: ano 1 / área desmatada ano 2 (dados do Degrad)	Floresta Amazônica	Anual	-	$(\text{Área A2} - \text{Área A1}) / \text{Área A1}$ *A = Ano	Porcentagem (%)	DETER - B e C	Bioma Amazônia	Anual	Web	Depende das condições climáticas	
2. Regularização Ambiental												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F3. Cadastro Ambiental Rural validado	Checar a o status de implementação do CAR Razão entre CAR validado e o CAR declarado	Área passível de cadastramento	Anual	-	Cadastro validado/ Cadastro declarado Área de cadastro validado/ Área de cadastro declarado	(%) de validados	SICAR	Imóvel rural/ Territórios tradicionais	Mensal	Web - Sistema ou consulta SFB	-	
F4. Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas	Acompanhar o monitoramento das áreas em processo de recuperação (monitoramento por satélite) dos Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA)	Área do Prada	Anual	-	Área em recuperação/ Área com PRA	(%) de área em recuperação	Área em recuperação - a definir/ Área com PRA - SICAR	Área com PRA	Anual	Área em recuperação - a definir/ Área com PRA - SFB, WEB	Metodologia a ser comprovada	Sugestão: tentar unificar o texto do F4 com E25

2. Regularização Ambiental												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F5. Compensação ambiental para regularização de imóveis rurais	Compensação para regularizar imóveis rurais em que tenha ocorrido supressão de vegetação, conforme previsto no Código Florestal. 1. Identificação, quantificação e acompanhamento de áreas compensadas (ha) - Fonte SISCAR 2. Compensação em detrimento da regeneração e recompensação (Perda do manejo tradicional de recursos da sociobiodiversidade, da soberania alimentar e dos modos de vida tradicionais) - Fonte potencial: TEEB	Áreas compensadas (ativo e passivo) (Analisado por bioma, estados e municípios)	Anual e Quadrienal	Fonte SISCAR e TEEB	Área compensada/ Passivo declarado no CAR	Porcentagem (%)	SICAR	Bioma	Anual	Web	Unidade ecológica não definida - necessita regulamentação	

5. Licenças ambientais - obras de infraestrutura												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F9. Monitoramento da compensação ambiental em áreas com desmatamento autorizado	Licença X Autorização X Perda da cobertura florestal (desmatamento, alagamento) Monitoramento/compensação	Áreas licenciadas	Anual	-	Nº de áreas com compensação realizada/ No de áreas autorizadas	Porcentagem (%)	IBAMA (compensação); DEMAS e SINAFLO (áreas autorizadas)	Área da iniciativa	Anual	Web (SINAFLO) e consulta (IBAMA, DEMAS)	Informações podem não estar sistematizadas (compensação)	

Princípio 2. Fiscalização efetiva - abrangente, frequente e precisa - de todas as áreas relevantes												
Alvo 1. Desmatamento e degradação												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F14. Autos de infração e embargos	<p>1. Relação entre polígono monitorado de desmatamento e os autos de infração e embargos</p> <p>2. Relação entre área degradada e os autos de infração e embargos</p> <p>3. Relação entre o monitoramento da exploração florestal e os autos de infração e embargos</p> <p>4. Relação entre: licença, autorização e os autos de infração e embargos</p>	<p>1. Área desmatada (Inclui áreas rurais e TIs, Ucs e suas zonas de amortecimento - federal, estadual e municipal)</p> <p>2. Área degradada</p> <p>3. Áreas de manejo (Inclui áreas protegidas com uso sustentável e suas zonas de amortecimento - federal, estadual e municipal)</p> <p>4. Área do empreendimento (Licença)</p>	Anual	-	No de autos/ Polígono (Desmatamento, exploração, degradação)	(%)	SINAFLO, PRODES	Bioma	Anual	Web	SINAFLO - novo; PRODES - fora Amazônia depende de recursos de projetos	
					Área embargada/ Área desmatada, degradada, explorada	(%)	IBAMA, ICMBio, DEMAs	Bioma	Anual	Web (federais) e consulta (DEMAS)	Sugestão: tentar unificar o texto do F14 com F25	

Princípio 3. Criação, efetiva implementação e manutenção de Unidades de Conservação												
Alvo 3. Efetividade de Unidades de Conservação (de seus objetivos de criação não só de sua gestão)												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONT E	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONT E OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F24. Área (ha) de unidade de conservação ou desafetada	1. Legislações que ameaçam áreas protegidas constituídas 2. Somatória área do total das UCs desafetadas/número total de UCs desafetadas	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Quadrienal	-	Relação entre No de UCs e área	Relação entre No de UCs e área	ICMBio, DEMAS, CNUC, ISA, Instituto s de terras estaduais s, INCRA, FUNAI	Nacional/ Estadual/ Municipal	Anual	Consulta, Web, Solicitação	Tempo de resposta; inconsistência das bases de dados; dificuldade de categorização para alguns PCTs devido à ausência de marcos jurídicos/administrativos	Verificar as especificidades de redelimitação (INCRA/FUNAI)
F25. Existência de atividades ilegais em áreas protegidas	1. Desmatamento em áreas protegidas (corte raso) 2. Degradação em áreas protegidas da Amazônia 3. Ocorrência de mineração, roubo de madeira, fogo ilegal Não considerar como ilegal as atividades consideradas direitos legais e costumários ex. uso do fogo para PIPCTAFs	Áreas protegidas		-	Área desmatada/degradada	Hectare (Ha)	PRODES, IBAMA, DEMAS, ICMBio	Áreas protegidas	Anual	Web (federais) e consulta (DEMAs)	Dificuldade na detecção de pequenos impactos	Deslocar F25 para Princípio 1, Alvo 1
					Nº de eventos	Nº	PRODES, IBAMA, DEMAS, ICMBio	Áreas protegidas	Anual	Web (federais) e consulta (DEMAs)	Dificuldade na detecção de pequenos impactos	Deslocar F25 para Princípio 1, Alvo 1
					Área (desmatada, degradada) / Área total	Porcentagem (%)	PRODES, IBAMA, DEMAS, ICMBio	Áreas protegidas	Anual	Web (federais) e consulta (DEMAs)	Dificuldade na detecção de pequenos impactos	Deslocar F25 para Princípio 1, Alvo 1
					Nº de autos	Nº	PRODES, IBAMA, DEMAS, ICMBio	Áreas protegidas	Anual	Web (federais) e consulta (DEMAs)	Dificuldade na detecção de pequenos impactos	Deslocar F25 para Princípio 1, Alvo 1

Alvo 5. Avaliações de Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunais de Contas Estaduais (TCs)												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F28. Previsão e execução orçamentária para a implementação de UC e gestão de PIPCTAFs	1. Aumento de recursos financeiros; 2. Corpo técnico e administrativo 3. Ações associadas e destinação de recursos aos órgãos de gestão de UCs (orçamento e não orçamentária)	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais; Tis, Territórios PCTs e assentamentos	Quadrienal	-	No total em reais	R\$ (moeda)	PPA, LOA (previsão), Relatório de Gestão (execução)	Nacional/ Estadual/ Municipal	Anual	Consulta, Web	Contingenciamentos e cortes orçamentários afetam o que é previsto, o que realmente chega e o que é de fato executado	

Alvo 6. Sobreposição de imóveis rurais e Unidades de Conservação												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F31. Regularização fundiária de Unidades de Conservação - Território de PIPCTAFs, territórios quilombolas, demarcação de Tis	1. Identificação das sobreposições 2. Quantificação do número de UCs, TIs e TQs com regularização fundiária 3. Conflitos e violências no campo decorrentes da sobreposição	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais/ TIs	Quadrienal	-	No de TI + UC em cada etapa de demarcação	(%)	FUNAI, Fundação Palmares, INCRA, DEMA, ISA, Instituto de terras estaduais	Nacional/ Estadual/ Municipal	Anual	Consulta Web, Solicitação	Tempo de resposta; inconsistência das bases de dados; dificuldade de categorização para alguns PCTs devido à ausência de marcos jurídicos/administrativos	
					Taxa de evolução entre categorias	Porcentagem (%) *Atento às especificidades dos assentamentos; considerar as especificidades de cada caso	FUNAI, Fundação Palmares, INCRA, DEMA, ISA, Instituto de terras estaduais	Nacional/ Estadual/ Municipal	Anual	Consulta Web, Solicitação	Tempo de resposta; inconsistência das bases de dados; dificuldade de categorização para alguns PCTs devido à ausência de marcos jurídicos/administrativos	

Princípio 4. Reconhecimento dos direitos dos PICTAFs e de seus territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais												
Alvo 2. Monitoramento da efetiva distribuição de benefícios de REDD+												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F36. Acesso aos recursos financeiros pelos beneficiários de REDD+	Porcentagem dos recursos recebidos pelos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais e familiares e distribuição territorial dos recursos	Recursos de REDD+ obtidos pelos governos federal e estaduais	Anual	-	No de iniciativas com acesso direto ou indireto	Nº	Programas de REDD+ (Espaços de governo - REM é estado)	Próprias iniciativas	Anual	Estruturas de governança	Acesso e transparência de dados	
F37. Representatividade dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais e Familiares na distribuição dos recursos de REDD+	Observar as disposições da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas 1. Participação dos PI, PCTs nos fóruns de decisão sobre a distribuição de recursos 2. Reconhecimento dos protocolos de consulta para processo de tomada de decisão sobre a distribuição de recursos	Recursos de REDD+ obtidos pelos governos federal e estaduais	Anual	-								Adotar a mesma métrica do C27

Alvo 3. Implementação da PNGATI e de Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena e de Territórios Quilombolas												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQÜÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQÜÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F38. Criação da Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PNGTA) Quilombola			Quadrienal	-	Combinação de número, área (Ha) e estágio de implementação	0-Não existe; 1-Em elaboração; 2- Em implementação	Comunidades quilombolas, instituições parceiras, Secretarias estaduais vinculadas, defensorias estaduais	Nacional/ Estadual/ Municipal	Anual	Solicitação		Não considera os territórios não reconhecidos
F40. Iniciativas locais de monitoramento ambiental e territorial	Aumento de Iniciativas indígenas de monitoramento ambiental e territorial Mecanismos independentes de denúncias e avaliação de dados e informação (Arrendamento de terras (dinheiro rápido/denúncias na Funai); pressão psicológica, espiritual)	Terras Indígenas (ouvidoria FUNAI), Unidades de Conservação (Uso Sustentável), Territórios protegidos	Quadrienal	Potenciais fontes: Denúncias na ONU, Documentos, Denúncias através de sindicatos para chegar na OIT, Ouvidorias	Porcentagem (%) de áreas em cada etapa de implementação Taxa de evolução entre categorias	0-Não existe; 1-Existe; 2- Está implementado; 3-Está integrado aos sistemas de monitoramento	FUNAI, Org. indígenas, Instituições parceiras, ICMBio, DEMAS, Organizações comunitárias, INCRA	Nacional/ Estadual/ Municipal *Considerar especificidades das categorias de áreas protegidas	Anual	Solicitação	Dados dispersos e/ou inconsistentes; onde estão os dados? Como mapeá-los?	Não se consideram aqui as ações de fiscalização federais e estaduais
F42. Áreas protegidas com instrumentos ou Planos de Manejo ou Gestão Territorial e Ambiental	1. Número de áreas protegidas com instrumentos ou planos elaborados, aprovados e implementados e corpo técnico	Terras indígenas e territórios quilombolas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais	Anual e Quadrienal	-	Combinação de número, área (Ha) e estágio de implementação	0-Não existe; 1-Em elaboração; 2- Em implementação *Planos em revisão são	FUNAI, Org. indígenas e indigenistas, ICMBio, DEMAS	Nacional/ Estadual/ Municipal	Anual	Consulta Web, Solicitação	Incertezas sobre efetividade dos planejamentos, fase inicial torna planejamento	

	e administrativo adequado; Conselho gestor de Unidades de Conservação criado e atuante; Plano de uso conjunto UCs/TIs 2. Tipos de apoio as práticas sustentáveis; ações de fortalecimento cultural; e serviços públicos básicos	(recorte entre uso sustentável e proteção integral)				abrangidos pela categoria "Em implementação" (Para Tis)					os vulneráveis	
F46. Número de áreas protegidas	Aplicação: territórios quilombolas titulados; terras indígenas homologadas; criação de unidades de conservação	Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, Territórios quilombolas, Terras indígenas	Quadrienal	-	Combinação de área (Ha) e No de áreas protegidas	Combinação de área (Ha) e No de áreas protegidas	FUNAI, Fundação Palmares, CNUC, INCRA, ICMBio, DEMAS, ISA, Institutos estaduais de terra e SEPLANS estaduais	Nacional/ Estadual/ Municipal *Considerar especificidades das categorias de áreas protegidas	Anual	Consulta Web (2), Solicitação (1)	Falta de atualização dos dados; conflito entre os dados das bases	

5. Demarcação e Homologação de Terras Indígenas e sua regularização fundiária

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F51. Aumento no número de ações de aviventação e delimitação e de Terras Indígenas desintrusadas pela FUNAI	Aviventação: manutenção visual dos limites das TIs	Terras indígenas	Quadrienal	-	No de Tis em cada etapa/ No total de Tis Taxa de evolução entre categorias	0-Não é necessário; 1- A ser aviventada; 2-Em processo; 3-Aviventação concluída	FUNAI	Terras indígenas	Anual	Solicitação	Tempo de resposta à solicitação	

Princípio 5. Fomento a atividades produtivas sustentáveis												
Alvo 1. Incentivos à produção sustentável												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F53. Relação crédito para produção sustentável/crédito rural (produtos e atividades) que induzem desmatamento	1. Volume de dinheiro para diferentes produtos e atividades/Volume de dinheiro disponibilizado às atividades produtivas sustentáveis 2. Separar PI, PCT, AF	Município	Anual e Quadrienal	-	Volume de crédito para produção sustentável/ Volume de crédito rural	(%)	Plano SAFRA, Programa ABC, PRONAF, Banco Central	Municipal	Anual	Web público	Disponibilidade de dados sustentáveis municipais	
F54. Comercialização da produção sustentável para mercado regulado	Volume (toneladas, R\$) comprado (PAA, PNAE, ETC)	Município	Anual	-	Valor comprado de produção sustentável no mercado regulado/ Valor comprado de produção no mercado regulado	(%)	PAA, PNAE	Municipal	Anual	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	

Alvo 2. Mecanismos de incentivos econômicos que beneficiem a produção sustentável por meio de agrossistemas e agroflorestas												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F55. Iniciativas de agregação de valor a produtos sustentáveis, agroecologia, sociobiodiversidade	Produção sustentável processada (volume processado/total) Visibilidade e valorização de	Município	Anual	-	No de iniciativas por categoria de produto (agroextrativista e florestais)	Nº	Órgãos estaduais vinculados à área de produção; DEMAS; INCRA	Estadual/ Municipal	Anual	Busca ativa de informações	Atualização dos dados	F55, F56 e G29 se complementam

	produtos territoriais e Fomento as cadeias produtivas											
--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Alvo 3. Assistência técnica e extensão rural e florestal (ATERF) para produção sustentável

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F56. Assistência técnica e extensão rural e florestal (ATERF) para produção agroflorestal e agroecológica	Número de famílias atendidas (PIPTAFs) por ano, para produção agroflorestal e agroecológica	Município	Anual	-	No de famílias/ Volume de recursos executados	Nº/ R\$	Órgãos estaduais vinculados à área de produção; Organizações da sociedade civil executoras da SIATER/ ANATER	Nacional/ Estadual/ Municipal	Anual	Web e busca ativa de informações	Baixa frequência de atualização de dados	F55, F56 e G29 se complementam; F55, F56, G29, G25 - fragilidade - maior articulação entre as DEMAS e Secretarias de

Alvo 4. Emprego de recursos advindos de benefícios de REDD+ em prática sustentável

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F57. Volume de recursos REDD+ em práticas sustentáveis	Checagem entre o que foi acordado e implementado	Acordos/ programas	Anual	-	Valor investido em práticas sustentáveis/ Recursos do REDD+ recebidos	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Estadual	Anual	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	Qual o conceito de prática sustentável? Consideramos práticas sustentáveis as atividades diversas da gestão

Alvo 5. Comercialização direta												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
F58. Agregação das comunidades às iniciativas privadas de comercialização de produtos da sociobiodiversidade		Povos, comunidades e/ou empresas	Inicialmente anual	Fonte potencial: Plataforma Origens Brasil	No de comunidades agregadas por iniciativas privadas	Nº	Pesquisa na Web. Ex: Sistema 'S' (Senai)	Nacional	Anual	Web público	Fonte de pesquisa	
F59. Incentivos à produção florestal como alternativa à pecuária e monocultura	1. Incentivos: transferência de tecnologia, capacitação	Iniciativa privada com fins lucrativos (áreas acima de 4 módulos fiscais)	Bienal	-	Valor investido em capacitação e transferência de tecnologia / Recursos do REDD+ recebidos	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFLEX/MPG	Estadual	Anual	Web público; Sistema de avaliação	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	

Tabela 7. Quadro de indicadores da salvaguarda G com sua proposta de fórmula ou cálculo para medir o indicador.

G. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas												
Princípio 1. Manutenção de um sistema integrado de monitoramento robusto e transparente em todo território nacional e adequado às especificidades ecológicas de cada bioma												
Alvo 1. Planos de Proteção e Combate ao Desmatamento (PPCDs) para todos os biomas												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G1. Implementação de PPCDs federais e estaduais	0- Não há PPCD; 1- PPCD elaborado; 2- PPCD implementado; 3- PPCD com envolvimento setorial; 4- PPCD com envolvimento de municípios; 5- Financeiro destinado aos PPCDs versus recurso externo para apoio aos PPCDs Tomar em conta o Terra Class integrado aos PPCDs e monitoramento; Disponibilização de imagens em alta resolução e verificação em campo para cada bioma, para os estados; frequência na geração de dados para cada bioma; Ex. Integração de dados de saúde indígena, ministério da saúde, estado e terras indígenas	Hoje (Amazônia e Cerrado); em 2020 (cobertura nacional); Recorte de biomas é aquele definido pelo IBGE (considerar as limitações ao retratar transições no mapa IBGE 2004) Ao revisar o SISREDD+, contemplar PPCDs dos demais biomas (Considerar o Terra Class integrado aos PPCDs e monitoramento)	Anual (conforme sumário de salvaguardas) e quadrienal	Potencial fonte: PPCDAm, PPCerrado e Indicar Estados	Escala	0-Não há PPCD; 1-PPCD elaborado; 2- PPCD em implementação	MMA	Estado/Bioma	Anual	Consulta	Mecanismos de implementação não são monitorados; estados sem PPCD	-

Alvo 1. Planos de Proteção e Combate ao Desmatamento (PPCDs) para todos os biomas												
G3. Grau de estruturação do Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros	1- Instituições estruturadas; 2- Equipes capacitadas; 3-Ações monitoramento integrado e fiscalização 4-Cobertura, tecnologias, imagens, público nacional; 5- Meios para promover o monitoramento	Por bioma Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB)	Anual e Quadrienal	-	Soma de parâmetros/escala	0 ou 1 para itens da descrição	MMA	Bioma	Anual	Consulta	Indicador não contempla os temas monitorados	Estrutura do PMABB não considerada; definir "estruturada", "capacitada"; PMABB não monitora esses aspectos
G7. Ações de monitoramento em áreas protegidas e zonas de amortecimento	Relatórios de vistoria e comunicações sobre atividades ilegais de uso e/ou ocupação da terra dentro e na zona de amortecimento de Unidades de Conservação de uso sustentável e outras áreas protegidas	Unidades de conservação, zonas de amortecimento e outras áreas protegidas (federal, estadual e municipal)	Anual e Quadrienal	-								Unificar com F25 , acrescentando "zonas de amortecimento"
G10.Sistemas de vigilância participativos implementados	0- Não existe; 1- Existe; 2- Está implementado; 3 - Está integrado aos sistemas de monitoramento	Unidades de conservação, zonas de amortecimento e outras áreas protegidas (federal, estadual e municipal) Qual escala? (territórios, municípios)	Quadrienal	Potenciais fontes: Considerar os sistemas da ATIX, Xavante, Somai (Cooperação)								Em branco. Repete as métricas do F40?

Princípio 2. Ordenamento territorial e regularização fundiária												
Alvo 1. Reconhecimento das diferentes categorias de direitos territoriais (incluindo acesso) e manejo de recursos naturais												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G13. Número de processos de reconhecimento, titulação e homologação de territórios tradicionais e coletivos	Reconhecimento: identificação e estudos territoriais; Identificação e mapeamento de PI, PCT nesses territórios 1. Definição e identificação dos estágios/gargalos de reconhecimento e titulação (Ex. estágios :1- identificação; 2- portarias, etc.) 2. Percentual de UC (Uso Sustentável), TI, Territórios de PCT, Resex, PAES, PAF reconhecidos (0- Só reconhecido no papel; 1- Reconhecido como instrumento prévio de gestão; 2- Consolidação territorial; 3-Implementação do plano ou instrumento (formal ou não) de gestão territorial)	Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais (homologados e não homologados)	Anual	-	No de territórios em cada uma das etapas, conforme as especificidades de cada território	Taxa percentual de avanço entre as categorias	Funai, ICMBio, INCRA, SPU, Instituto Estadual de Terras, Fundação Palmares	Territórios	Anual	Consulta, Web, Solicitação	Dispersão e desatualização dos dados	-

Alvo 2. Zoneamentos Ecológico Econômico (ZEE)												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G15. Cobertura do território com diretrizes de uso estabelecidas por meio de ZEEs federais e estaduais	Para as métricas utilizar informações de diferentes fontes para o risco e/ou benefícios que podem estar relacionados com esta salvaguarda; Incluindo denúncias e informações participativas; ZEE não reflete o ecológico; Com consultas para identificar como os povos se veem nos territórios; Sobreposição de categorias nos ZEEs (mapa e território); Aptidões (ou não) de áreas de ZEE (atendimento); Território de PCTs identificados nos ZEE	Bioma/ Estado/ Categoria Fundiária/ municípios	Quadrienal	-	Área com diretriz/ Área total* *estado, município, bioma	Porcentagem (%) do território	CCZEE/ SRHQA/ MMA	Estado/Bioma	Anual	Consulta	Não é de pronto acesso; depende de outro setor	

Alvo 4. Destinação de terras públicas para fins de conservação da biodiversidade e modos de vida associados, através de criação de Unidades de Conservação, principalmente de uso sustentável e assentamentos de reforma agrária												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G16. Dinâmica de destinação de terras públicas para fins de REDD+	1. Número, Área, Grupo, Bioma 2. Mapeamento de PI e PCTs estabelecidos secularmente em áreas devolutas 3. Priorização de terras públicas não destinadas para a regularização de territórios PI, PCT (Valor do orçamento e financeiro para regularização; valor do PPR destinado à regularização)	Biomias (União, estado, município) 3. Territórios de Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais (homologados e não homologados)	Anual e Quadrienal	Potencial Fonte: Módulo SISCAR para PCTs, áreas em processo, não tituladas	No e Área por tipo de "Cobertura" do indicador	Número e tipo e hectares por tipo	CNUC, MMA, INCRA e FUNAI	Áreas protegidas e assentamentos	Anual	Consulta		

Alvo 5. Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SISCAR

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G18. Número de imóveis no CAR com algum tipo de sobreposição	1. Percentual de sobreposição (em área). 2. Nível de conflito pelo que está em suspenso Considerar apenas CAR validado	Estados	Anual e Quadrienal	-	-	-	-	-	-	-	-	Validação do CAR já exclui essas sobreposições

Alvo 6. Dinâmicas de conflitos socioambientais (Salvaguarda E)

Alvo 7. Conflitos fundiários

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G22. Número de acordos coletivos para tratativa de conflitos fundiários ou socioambientais reconhecidos e respeitados	1. Olhar o conflito no uso tradicional da natureza (Acordos/leis que permitem acesso (livre ou não) do uso e extração de recursos naturais) 2. Olhar o conflito quanto ao vazamento da exploração para áreas para territórios tradicionais (Áreas de garimpo, concessão, extração de madeira) 3. Utilizar também informação que vem do campo. Respeito=cumprir o acordo (integralmente, parcialmente, não respeitado)	Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais	Anual e Quadrienal	Potenciais fonte para acordos: PNGATI, CONAQ Potenciais fontes para conflitos: Relatoria anual da comissão pastoral da terra (CPT); (CIMI) para povos indígenas; ouvidorias; termos de deslocamento de emissão em relação às áreas consolidadas.	-	-	-	-	-	-	-	Grupo não identificou forma para medir.

Princípio 3. Fomento a atividades produtivas sustentáveis e evitar a demanda por produtos que podem ser gerados pelo desmatamento de áreas vulneráveis												
Alvo 1 Monitoramento do Manejo Florestal Sustentável												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G24. Uso de REDD+ para fomento de Plano de Manejo Florestal Sustentável para famílias e comunidades (PMFSFeC)	Volume empregado na capacitação para construção e implementação de PMFSFeC	Políticas/ programas de REDD+; PMFSFeC (familiares e comunitários)	Anual e Quadrienal	-	Valor investido em capacitação e transf. tecnologia para PMFSFeC/ Recursos do REDD+ recebidos	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Governança estadual e governança federal	Anual	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	
G25. Porcentagem de benefícios diretos e indiretos para comunidades gerados após a concessão	Concessões florestais conforme instrumentos de gestão e tipo de área/cumprimento de contratos	Monitoramento do órgão ambiental estadual/ Federal	Anual e Quadrienal	-	%= Valor total de benefícios diretos e indiretos/ Volume total de recursos	Porcentagem (%)	Órgãos gestores estaduais, SFB	FLONAS e FLOTAS	Anual	Consulta, Web, Solicitação de informações	Transparência	
G26. Percentual de Planos de manejo florestal familiares e comunitários e de planos de manejo florestal empresariais	Número de solicitações x licenças de PMFSFeC e empresariais; Número de licenças de plano no POA para as categorias de manejo florestal; Volume de madeira (m3); Área de concessão (ha); Número de PMFSFeC não madeireiros e tipos de produtos	Estados	Anual e Quadrienal	Potencial fonte SINAFLOR (madeireiro) (não madeireiro?) e bases estaduais	Porcentagem (%) de áreas de manejo florestal familiar	Em fase de aprovação	IBAMA, Órgãos de licenciamento estaduais	Estadual	Anual	Solicitação de informações	Base de dados sistematizada	
					Porcentagem (%) de áreas de manejo florestal empresarial	Aprovado	IBAMA, Órgãos de licenciamento estaduais	Estadual	Anual	Solicitação de informações	Base de dados sistematizada	
					Porcentagem (%) de planos de manejo florestal comunitário e empresarial fomentado	Em execução	IBAMA, Órgãos de licenciamento estaduais	Estadual	Anual	Solicitação de informações	Base de dados sistematizada	

Alvo 2. Arranjos de produção e consumo locais												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G27. Percentual de compras públicas de alimentos direto da agricultura familiar	PNAE (compras públicas) / PAA? Tipo de produto sugerido e comprado, e sua rastreabilidade	Por município; por produto Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais	Anual e Quadrienal	CONAB- dados mensais – MEC -PNAE; CONSEA (Conselho Nacional de soberania alimentar e nutricional); Conselho Nacional de saúde (guia da alimentação brasileira); iniciativas que promovam a valorização dos modos de vida e manutenção da juventude nos territórios	Total de compra direto da AF (R\$) / Total de compras públicas de alimentos (R\$)	Porcentagem (%)	CONAB, PNAE, CONSEA	Nacional/ Estadual/ Municipal	Anual	Web público	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	

Alvo 2. Arranjos de produção e consumo locais												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE E OU LIMITAÇÃO	OBS
G28. Incentivos para atividades de baixa emissão e produção sustentável	Pesquisa e discussão sobre agricultura, que vai além da agroecologia Diferentes realidades relacionadas a agricultura de baixa emissão: ABC, agroecologia e outros	-	-	-	Valor investido em atividades de baixa emissão/ Recursos de REDD+ recebidos	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFIEX/MPG	Estadual	Anual	Web público; Sistema de avaliação	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	

Alvo 2. Arranjos de produção e consumo locais												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G29. Fomento, iniciativas e resultados da rede de agroecologia, produção sustentável, sociobiodiversidade	1. Levantamento de informações e sistematização das redes de agroecologia do Brasil (Informações amplas, vão além de cadeia produtiva (Número de feiras)	ANA, articulação Nacional de Agroecologia Políticas/ programas de REDD+ /Uso de recursos de REDD+	Anual e Quadrienal	Atenção ao conceito de agroecologia; Comitês regionais de agroecologia (MAPA); Recurso, orçamento	Volume de produção	Kg, t	Órgãos estaduais vinculados à área de produção; PNAPO; Prefeituras; Organizações da Sociedade Civil Executoras; FUNAI; INCRA	Municípios/Estados/ Territórios	Anual	Busca ativa de informações	Baixa frequência de atualização	F55, F56 e G29 se complementam
	2. Número de feiras livres agroecológicas organizadas com fomento de recursos de REDD+; cadeia de produção (ex.: transporte comunidade - feira; Infraestrutura para o escoamento da produção)				No de iniciativas por circuito curto de comercialização	No	Órgãos estaduais vinculados à área de produção; PNAPO; Prefeituras; Organizações da Sociedade Civil Executoras; FUNAI; INCRA	Municípios/Estados/ Territórios	Anual	Sistemas Correlacionados	Baixa frequência de atualização	F55, F56 e G29 se complementam
	3. Volume de produção; Mapeamento de PIPCTAFs que estão nas redes; Área recuperada com agroecologia				Recurso executado para o fomento	R\$	Órgãos estaduais vinculados à área de produção; PNAPO; Prefeituras; Organizações da Sociedade Civil Executoras; FUNAI; INCRA	Municípios/Estados/ Territórios	Anual	Sistemas Correlacionados	Baixa frequência de atualização	F55, F56 e G29 se complementam

Alvo 2. Arranjos de produção e consumo locais												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G32. Uso de recursos de REDD+ para o fomento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade	1. Implementação das cadeias e dos instrumentos e instrumentos econômicos de fomento 2. Fomento para: Gestão participativa; Planilhas abertas para promover negociações transparentes; Negócios justos; Certificação participativa	Políticas/ programas de REDD+	Anual e Quadrienal	-	Valor investido no fomento às cadeias produtivas da sociobiodiversidade/ Recursos de REDD+ recebidos	Porcentagem (%)	Governo estadual e COFIEIX/MPG	Estadual	Anual	Web público; Sistema de avaliação	Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue	

Alvo 5. Consumo sustentável e responsável e mecanismos de Rastreabilidade												
INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G36. Iniciativas de certificação de cadeias produtivas e de produtos da sociobiodiversidade	1. Certificação de origem e/ou participativa (Iniciativas em curso: origens Brasil, selo indígena Funai, certificação orgânica) 2. Protocolos comunitários declaram os modos de fazer e podem apoiar a certificação de origem e proteger o produtor da perda de produção e garantir a venda no município.	Regiões/ territórios	Anual e Quadrienal	Potenciais fontes: TRACE; ouvidorias; cooperativas; e estudos (hoje estagnados) para agregar valor a produtos de acordo com o "IG" (identificação geográfica) e "DO" (denominação de origem)	No de iniciativas de certificação socioparticipativas/ Organização	No	Organizações da Sociedad e Civil executoras; Órgãos estaduais vinculados à área de produção	Municípios /Estados/ Territórios	Anual	CPORG; Sistemas correlacionados; Sistemas de redes; Sistemas as iniciativas	Pulverização dos dados	

Alvo 7. Monitoramento independente de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares tradicionais das demandas por produtos resultantes do desmatamento de áreas vulneráveis

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G39. Iniciativas de monitoramento comunitário e seu fomento	Recursos de REDD+ empregados ao fomento dessas iniciativas	Terras Indígenas (ouvidoria FUNAI), Unidades de Conservação (Uso Sustentável), Territórios protegidos, assentamentos	Anual	-	Volume de recursos x Área a ser monitorada x No de aportes (áreas que estão recebendo)	Número por categoria de território	Financiador e/ou implementador de ações/projetos/programas/políticas beneficiárias de REDD+	Por território contemplado	Anual	Solicitação às fontes de origem	Tempo de resposta, acesso e transparência dos dados	

Alvo 8. Tributação diferenciada para atividades sustentáveis, especialmente com base em agroecossistemas biodiversos e que favoreçam a diversidade biológica

INDICADOR	DESCRIÇÃO	COBERTURA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	FONTE	FÓRMULA OU CÁLCULO	UNIDADE OU FORMATO	FONTE OU ORIGEM DOS DADOS	ABRANGÊNCIA DOS DADOS	FREQUÊNCIA DOS DADOS	ACESSO AOS DADOS	DESAFIO, FRAGILIDADE OU LIMITAÇÃO	OBS
G41. Isenções de pagamentos de taxas previstas em leis para iniciativas que promovem resultados de REDD+ ou reversão dos resultados	Isenções do PGPM-Bio; Isenções fiscais para grandes empresas causadoras de desmatamento; Isenções previstas em leis para Agricultura Familiar; Isenção para agrotóxicos; imunidade tributária e isenção fiscal Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), CONAB (Recursos, orçamentos);- INESC (Dados para mineradoras); ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	Verificar disponibilidade de dados; (Estados, ICMS, Municípios e ISS)	Anual e Quadrienal	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) CONAB (Recursos, orçamentos); - INESC (Dados para mineradoras); ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	-	-	-	-	-	-	-	Indicador não aplicável no momento. Foi sugerido reescrever o indicador: Isenções de pagamentos de taxas previstas em leis para iniciativas sustentáveis

<p>G42. Percentual do recurso de ICMS ecológico definido pelo município destinado para ações ambientais</p>	<p>ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços; ICMS - imposto que depois de arrecadado, deve ser repartido, ficando 75% para o Estado que o arrecadou, e 25% ser destinado aos municípios. O ICMS Ecológico pode servir como um instrumento de estímulo à conservação da biodiversidade, quando ele compensa o município pelas Áreas Protegidas já existentes.</p>	<p>Municípios</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>-</p>	<p>Valor repassado para ações ambientais/ Valor recebido dos estados referente ao ICMS ecológico</p>	<p>Porcentagem (%)</p>	<p>Estado/SEFAZ</p>	<p>Municipal</p>	<p>Mensal</p>	<p>Web público; Sistema de avaliação</p>	<p>Plataforma sistematizada, acessível, bilíngue</p>	<p>Fora do escopo do REDD+</p>
---	---	-------------------	---------------------------	----------	--	------------------------	---------------------	------------------	---------------	--	--	--------------------------------

11. Insumos para os modelos conceituais do SISREDD+: resultados dos grupos de trabalho da oficina de Brasília

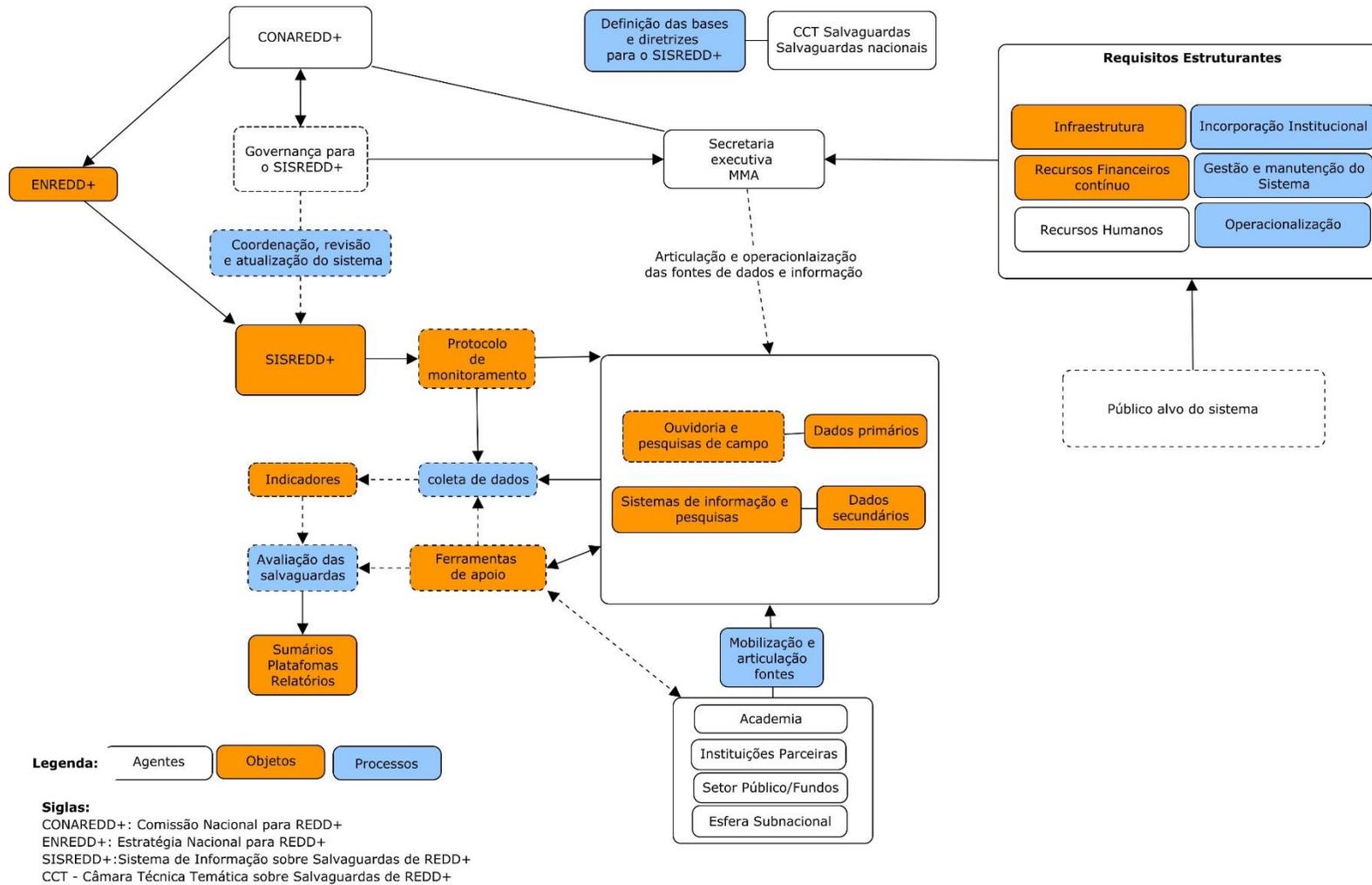


Figura 9. Insumos para um modelo conceitual de estruturação para o SISREDD+.

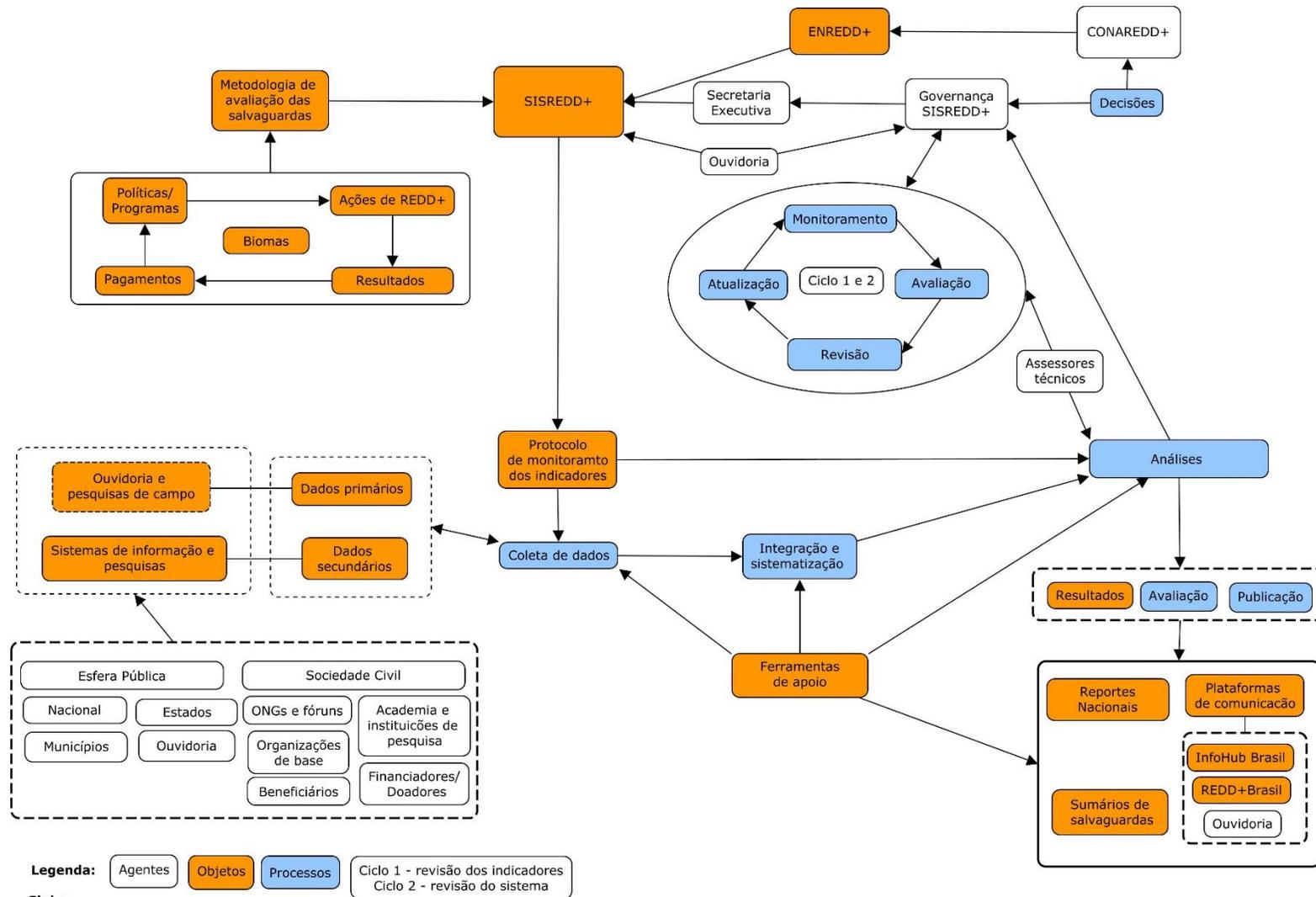


Figura 10. Insumos para um modelo conceitual de funcionamento para o SISREDD+

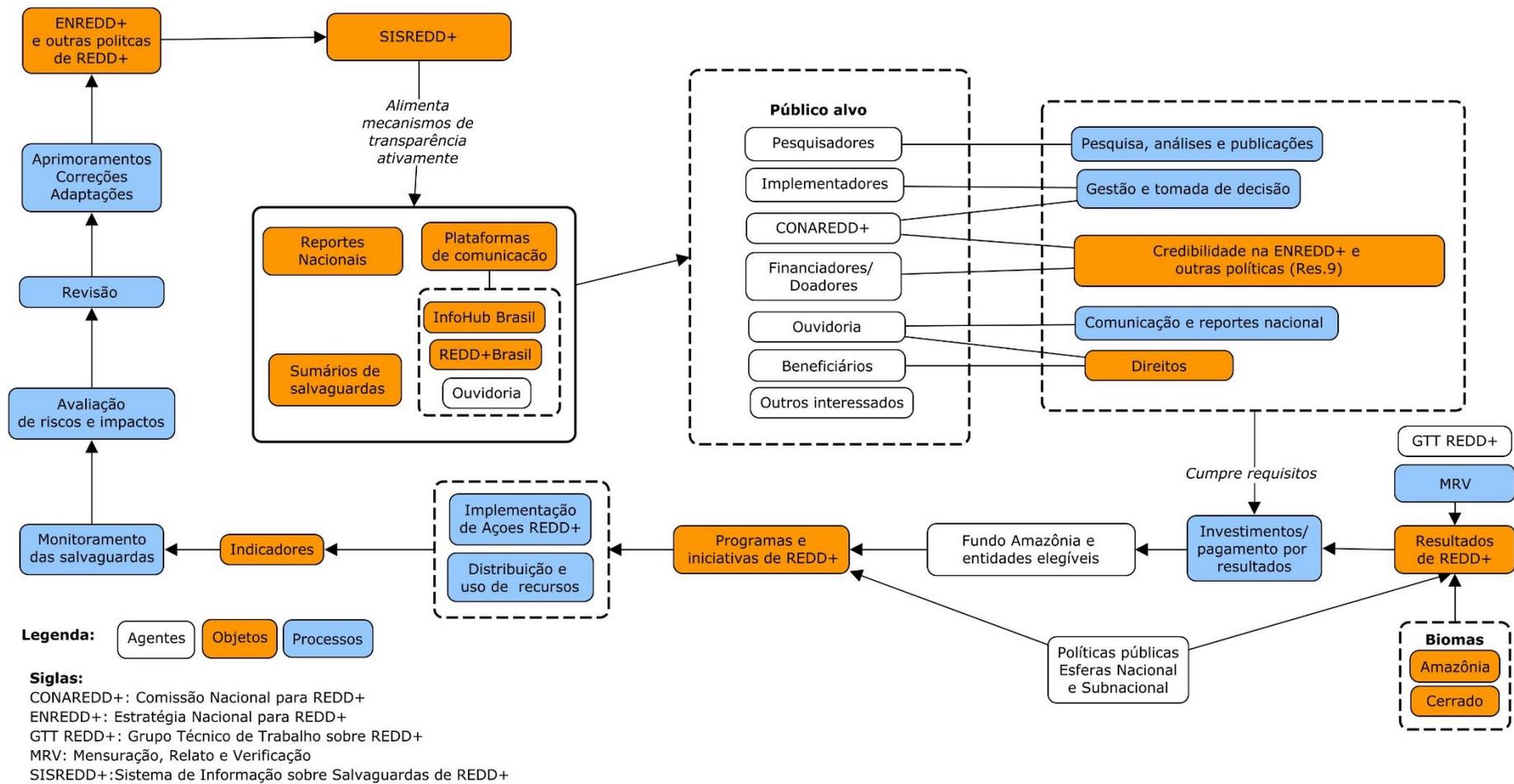


Figura 11. Insumos para um modelo conceitual de usos e aplicação para o SISREDD+